



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 31**

Sessão Extraordinária Setembro

Sessão em 16/09/2015

Aos dezasseis dias do mês de Setembro do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeiro Secretário Maria José Teixeira de Moraes Afonso França e pelo Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia, com a presença dos Vogais, Henrique Manuel Moraes Diz, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Mónica Filipa Cristovão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Daniela Marisa Pereira de Magalhães, Silvestre Paiva da Silva, Casimiro Simões Calafate, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Miguel António da Costa Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Anabela de Almeida Saraiva, João Alberto Simões Barbosa, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Jorge Manuel do Nascimento, António dos Santos Costa, Henrique da Rocha Vieira, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel Brito Moreira.<sup>001</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta Sessão faltou a sucedânea Aida Isabel Pereira Tavares.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Maria do Rosário Lopes Carvalho, Luís Miguel Capão Filipe, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, João Francisco Carvalho Sousa, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, e Beatriz Tomé Dias dos Reis.

De seguida, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Victor Manuel da Silva Martins, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Maria da Luz Nolasco Cardoso, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Leonor Nunes dos Reis, Anabela de Almeida Saraiva, Aida Isabel Pereira Tavares, Rita Alexandra Monteiro Batista, e António Manuel Brito Moreira.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, David Paiva Martins e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião por Silvestre Paiva da Silva e Miguel António da Costa Silva.<sup>002</sup>

Os sucedâneos na lista de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, e António Manuel dos Santos Salavessa, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa leu a “Ordem-do-Dia” constante da Convocatória para esta Sessão Extraordinária de Setembro, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 1 – Apreciação e votação da Proposta do Programa de Ajustamento Municipal e dos respetivos contratos:**

- a) **Proposta do Programa de Ajustamento Municipal;**
- b) **Minuta do contrato do Programa de Ajustamento Municipal;**
- c) **Minuta do contrato de assistência financeira entre a Município de Aveiro e o Fundo de Apoio Municipal, acompanhado do respetivo plano de amortização;**
- d) **Minutas da terceira adenda ao contrato de empréstimo celebrado em 27/11/2007 entre o Município de Aveiro e a Caixa Geral de depósitos, acompanhado do respetivo plano de amortização;**
- e) **Minuta do acordo de alteração ao contrato de locação financeira e imobiliária / refª 20000120 entre o Banco BPI e a Câmara Municipal de Aveiro, acompanhado do respetivo plano de amortização;**
- f) **Minuta do acordo de alteração ao contrato de locação financeira e imobiliária / refª 20000121 entre o Banco BPI e a Câmara Municipal de Aveiro, acompanhado do respetivo plano de amortização;**

**Ponto 2 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato de delegação de competências em matéria de Educação entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de Cacia (ano letivo de 2014/2015);**

**Ponto 3 - Apreciação e votação dos Contratos de delegação de competências em matéria de Educação entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Freguesias de Aradas, Cacia, Esgueira, Santa Joana, Oliveirinha, São Bernardo, São Jacinto, União de Freguesias de Glória e Vera Cruz e Junta de Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (ano letivo de 2015/2016);**

**Ponto 4 - Apreciação e votação do Contrato de Concessão da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. ao Município de Aveiro da Zona da Frente Urbana à Ria de Aveiro de São Jacinto.**

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

**Ponto 1 – Apreciação e votação da Proposta do Programa de Ajustamento Municipal e dos respetivos contratos:**

- a) **Proposta do Programa de Ajustamento Municipal;**
- b) **Minuta do contrato do Programa de Ajustamento Municipal;**
- c) **Minuta do contrato de assistência financeira entre a Município de Aveiro e o Fundo de Apoio Municipal, acompanhado do respetivo plano de amortização;**
- d) **Minutas da terceira adenda ao contrato de empréstimo celebrado em 27/11/2007 entre o Município de Aveiro e a Caixa Geral de depósitos, acompanhado do respetivo plano de amortização;**

- e) **Minuta do acordo de alteração ao contrato de locação financeira e imobiliária / ref<sup>o</sup> 20000120 entre o Banco BPI e a Câmara Municipal de Aveiro, acompanhado do respetivo plano de amortização;**
- f) **Minuta do acordo de alteração ao contrato de locação financeira e imobiliária / ref<sup>o</sup> 20000121 entre o Banco BPI e a Câmara Municipal de Aveiro, acompanhado do respetivo plano de amortização;**

*(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária realizada em 09/09/2015, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>003</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>004</sup>

*“Uma nota de introdução desta matéria, por mais que já tenhamos falado muito nela ao longo deste nosso mandato, nomeadamente no último ano e meio, a verdade é que é hoje o dia em que a formalidade da discussão política e também da decisão se cumpre, no que respeita à Assembleia Municipal. Relembrar só que o quadro básico em que trabalhamos é uma lei de setembro de dois mil e treze, regulamentada por uma outra lei de agosto de dois mil e catorze, num processo que abrimos dois dias úteis depois da lei ter sido publicada, um dia útil depois da lei entrar em vigor, com a apresentação da nossa candidatura à utilização dos mecanismos de Apoio Financeiro de Emergência do próprio Fundo, o tal Apoio Transitório de Urgência, ATU, que contratualizámos em Outubro no valor de dez vírgula cinco milhões de euros e que nos permitiu gerir uma fase muito crítica da nossa tesouraria entre o final do ano de dois mil e catorze e o início do ano de dois mil e quinze. Depois, logo que existiram condições para começar a interlocução com a direção do Fundo, após a tomada de posse dos três diretores nos últimos dias do mês de novembro, iniciámos a interlocução informal com a direção do Fundo, numa fase inicial envolvendo muito o Secretário de Estado da Administração Local e o seu Gabinete por força da própria instalação da direção do FAM. Chegámos ao dia trinta e um de março em que o Executivo Municipal aprovou o documento que foi sujeito à apreciação e negociação formal entre a Câmara Municipal e o Fundo, que se iniciou logo nos primeiros dias de abril. Andámos seis meses em interações múltiplas para recebermos a notícia da aprovação formal do programa pelo Fundo a 1 de setembro. Agora dão-se os passos formais finais, aqueles que respeitam à nossa competência, a do órgão Executivo que foi praticado na passada quarta-feira, a do órgão deliberativo que hoje é proposta a sua execução. Correndo tudo bem hoje, como esperamos, amanhã mesmo estará o processo a seguir para o Tribunal de Contas, dado que todos nós e a nossa equipa técnica estamos a trabalhar no sentido em que esteja pronto amanhã; e o pronto amanhã tem a ver também com a assinatura dos tais cinco contratos que temos para assinar neste processo e passarmos àquela fase onde temos trabalho e que é responder com diligência às perguntas que o Tribunal de Contas nos venha a fazer, sendo que é, obviamente, ao Tribunal de Contas que caberá a apreciação nos termos da lei para visar, assim o esperamos, o nosso Plano e com esse visto podermos iniciar a sua execução. Em termos de informação à Assembleia Municipal é bem conhecida a proposta que a Câmara aprovou no dia trinta e um de março; enviámo-la nos primeiros dias de abril para que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento dela. Deixar duas ou três notas sobre as principais diferenças entre esse programa que aprovámos há seis meses e aquele que estamos agora a aprovar. Basicamente, em termos substantivos, não mudou nada de relevante, o programa é, em termos substantivos, a mesma coisa. O que é que mudou para que o valor*

*que nós aprovámos tivesse sido de oitenta e nove vírgula cinco milhões de euros e seja agora de setenta e três milhões, arredondando a conta. Houve uma alteração em dois ou três aspectos. Em primeiro lugar numa rúbrica de outras despesas correntes onde nós tínhamos repetido duas vezes a mesma verba. Tínhamos uma verba apontada para o ano um, o ano de dois mil e quinze, do programa e ela estava incorrectamente repetida no ano dois e no ano três. Obviamente que foi corrigida mas é uma correção que tem um impacto de sete milhões de euros. Houve um ajustamento, para baixo, na dimensão do investimento, não é uma redução relevante mas contribuiu para essa alteração, e houve uma decisão do programa do FAM, que nós discordámos dela porque a nossa proposta era diferente, mas que no âmbito das negociações aceitámo-la e achámo-la razoável, e que tem a ver com a saída do programa, em termos previsionais, da receita da venda dos nossos bens, do nosso património, dos nossos ativos. Entendeu o Fundo, dado que o nosso histórico, nos últimos anos, é de zero, era esse zero que deveria servir de base às previsões e não a nossa previsão feita com base em perspectivas de venda de património. Entendemos que devíamos acolher essa perspectiva do Fundo, ficando de fora uma receita que vamos ter e que entra para as contas da vida financeira da Câmara. E uma segunda, que foi a perspectiva da evolução do IMT. Como todos sabemos, está na lei das finanças locais, o fim do IMT com uma redução de um terço em dois mil e dezasseis, de dois terços em dezassete e passar a zero em dois mil e dezoito. O que é que aconteceu? No final da sessão legislativa da atual legislatura, uma proposta de lei e uma pressão que já tinha tantos anos como a lei, dois anos, por parte da ANMP, que defende, como sabemos, o fim dessa cláusula da Lei das Finanças Locais que quer acabar com o IMT; a ANMP está a lutar para que se mantenha o IMT ou uma receita análoga e o que, para já se conseguiu foi um adiamento, por um ano, dessa norma legal. Portanto, já não vamos perder um terço em dois mil e dezasseis, já não vamos perder dois terços em dois mil e dezassete mas sim apenas um terço, e a verba já não desaparecerá em dois mil e dezoito, será só de um terço, e desaparecerá em dois mil e dezanove. Foi a lei, uma lei pequenina, que alterou esse clausulado da Lei das Finanças Locais e que nos veio dar uma segunda receita para estar fora do quadro de receita do nosso programa. É aqui que está a justificação da diferença e que nos leva a dizer que, substantivamente, a versão final do programa é igual à versão inicial.*

*A Câmara ganha capacidade para pagar as suas dívidas a toda a gente, às nossas Associações, às nossas IPSS's, às nossas Juntas de Freguesia, às nossas empresas, são mais de mil entidades que estão à espera que lhes paguemos, algumas delas há mais de quinze anos. Esse pagamento de dívida é positivo, a vários níveis, para quem vai receber o seu dinheiro; também ganhamos credibilidade; temos, pelo acordo que está integrado no programa, com os bancos uma reestruturação de quarenta e um milhões de euros da nossa dívida com novo prazo de pagamento de seis anos para vinte anos, que é o prazo do programa; e colocamo-nos no caminho do cumprimento total da lei porque, obviamente não temos condições de a cumprir e, portanto, colocamo-nos no caminho do cumprimento total da lei, como seja a Lei dos Compromissos, como sejam os vários normativos legais ligados aos limites do endividamento, entre outros. Este é um instrumento muito importante que consideramos muito bom, com qualidade; estamos satisfeitos com o resultado final da negociação e com aquela que é a versão final do programa, na certeza de que só por termos um bom programa não temos o problema resolvido. A qualidade da gestão, o rigor, a intensidade em todas as suas frentes, é fundamental para que possamos ter essa qualidade de partida naquilo que interessa, que é na execução do dia-a-dia; não nos interessa partir com qualidade e depois destruímos com uma má execução, na certeza absoluta que a Câmara fica com a capacidade de garantir com qualidade os serviços públicos essenciais aos seus cidadãos, no quadro do que está definido no artigo 3º da Lei FAM, e também fica com capacidade de investimento não só para aproveitar as oportunidades que temos na nossa*

*mão do Portugal2020 mas também de outras componentes do investimento que também precisamos de concretizar.*

*Este é o quadro que trazemos à Assembleia Municipal com a convicção de que temos uma boa proposta, obviamente disponíveis para o debate com a Assembleia Municipal.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP)<sup>005</sup>

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>006</sup>

*“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, Senhores Vereadores. Hoje é um dia triste para Aveiro. Termina um período e um bem pior iniciar-se-á depois desta votação. Tal como no memorando de entendimento, ajustamento significa de uma forma simpática austeridade. E austeridade é o que os portugueses e em particular os aveirenses têm vivido nos últimos quatro anos. Têm vivido já no último ano com os impostos municipais no máximo e este Plano de Ajustamento Municipal aparece ou é aqui apresentado como uma inevitabilidade. Não é uma inevitabilidade, Ribau Esteves sabe-o. Este Governo criou o FAM, a ANMP ratificou esse documento, e Ribau Esteves foi o primeiro a acolher e foi o seu maior promotor.*

*Este Plano significa menos município, menos serviços públicos, significa privatizações, é o caso da MoveAveiro e abre a porta no futuro ao estacionamento, por exemplo.*

*Significa a fatura da água e dos resíduos no máximo, significa alienação de património. Ou seja o que Ribau Esteves tem para apresentar aos aveirenses é menos qualidade de vida, menos serviços públicos, e pagar muito mais por isso ao serviço de uma dívida. Uma dívida que já vem de trás é certo, mas a verdade é que ao longo destes mandatos tudo o que foi feito e foi decidido, e foram as escolhas políticas, tudo aquilo que foi feito em nome da sua resolução não funcionaram.*

*E agora Ribau Esteves apresenta-nos aqui mais do mesmo. Um outro Plano, com mais asfíxia social, económica, com a garantia de que o problema será resolvido. Não temos garantias quanto a isso. Da mesma forma que o saneamento financeiro foi um falhanço, na realidade não nos pode dar garantias que o FAM será a solução para todos os nossos problemas.*

*Disse recentemente que da oposição houve um deserto nas propostas no que refere a este assunto, então devo dizer que o Bloco foi então o oásis nessa oposição porque foi o único a trazer propostas à discussão nesta Assembleia sobre esta matéria. Sempre nos posicionámos contra, apresentámos ideias, apresentámos alternativas, nenhuma delas foi acolhida. Não posso deixar também de referir a posição do maior partido de oposição, o Partido Socialista, que no executivo se absteve nesta matéria, quando foi apresentada a proposta do Bloco se absteve nesta matéria, na nossa visão que é estrutural. Se numa visão que é estrutural o maior Partido da Oposição não tem posição, podemos concluir que tal como no país, em Aveiro o PS não se apresenta como alternativa real Deixo o resto para a segunda ronda.”*

Vogal Santos Costa (JPA)<sup>007</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>008</sup>

*“Antes de mais os meus cumprimentos a todos e em especial à Dr.ª Rosário Carvalho e professora Beatriz Reis, a quem auguro um profícuo trabalho. Indo ao assunto, eu tenho a dizer que a minha posição já intui que é contrária a tudo isto. Contrária, porque eu entendo que este programa não era necessário. E entendo que a Câmara não fez nada para seguir outro curso que não fosse criar uma vida com uma carteira mais ou menos recheada para resolver compromissos e não fazer esforço nenhum para granjear uma economia equilibrada por forma a que tivesse o mesmo resultado porventura ao cabo do mesmo tempo. Lembro que*

*e já foi aqui dito, não quero dizer que esta Câmara não tenha legitimidade para apresentar este programa, foi eleita, escolhe a forma de governação, tem toda a legitimidade, com uma ressalva — não apresentou esta subida de taxas e impostos de uma forma tão grave aos aveirenses.*

*Pelo contrário no decurso da campanha eleitoral negou que iria aumentar a carga fiscal. E é importante que os cidadãos municipais saibam isto, do ponto de vista político, porque nós temos de acreditar nos políticos. Os políticos têm de falar uma linguagem de verdade. E não se pode dizer que o Senhor Presidente não soubesse que existia uma dívida à volta de 140 milhões de euros nesta Câmara porque em vários momentos da campanha foi-lhe dito e o Senhor repetiu. Portanto sabia que era assim.*

*Quando esta lei esteve em criação houve municípios que se levantaram contra isto porque ela tem impactos importantíssimos que aqui já foram ditos. E eu recordo que virá um fiscal externo controlar a atividade da Câmara. Um órgão até próprio para esse efeito. Nós vamos ter uma economia local agravada por um aumento enormíssimo de encargos, a redução absoluta de benefícios e isso trará consequências no investimento local e no gito corrente da economia local. Portanto há medidas aqui que naturalmente se virão a ter um efeito nefasto na economia local e perverso nos municípios ao redor porque não tem uma taxa de IMI tão grave, não tem taxas de urbanização tão altas.*

*E agora pergunta-se: era possível a Câmara não aderir ao FAM? O Senhor Presidente diz “era obrigatório”. Eu digo, não era. Não era e porquê? Desde logo porque nós já tínhamos estado num plano financeiro e portanto isso afastava logo essa hipótese. Depois porque houve aqui aprioristicamente, já foi aqui denunciado, no final do ano de 2013 e nas contas feitas, a Câmara introduz a despesa das empresas municipais e não introduz as receitas!?*

*Pelo que se o fizesse melhoraria aquele rácio das três vezes as receitas ordinárias. E mais do que isso. Saldou o ano com 5 milhões de euros em cofre. Poderia ter aplicado esses 5 milhões à dívida. E se fizer bem as contas com essas receitas e o pagamento e consignação desse dinheiro às dívidas porventura não tinha cabido neste plano.*

*Bom, eu sou manifestamente contra o Plano. Quem me houve e porventura lá fora quem me ouviu pensará isto é demagogia há que pagar a dívida. Claro que há que pagar a dívida.*

*Então e este indivíduo que tem a sua ocupação profissional está imiscuído nos problemas financeiros da Câmara? Seguramente tem a informação do cidadão mediano aveirense e por estar nesta Assembleia procura ter uma informação melhorada.*

*Mas temos de olhar ao passado. Eu digo, houve um executivo que baixou a dívida para metade e que se propunha nos oito anos seguintes saldá-la por completo. Isto é, em 2024 teria segundo a promessa que era também eleitoral tê-la-ia saldado.*

*Então esse autarca, essa equipa de autarcas, apoiada por esta Assembleia que são os mesmos e por parte de alguns membros do executivo, conseguiram levar a bom termo sem clamores nem anúncios de desgraças e de impossibilidades de governação, conseguiram conduzir o barco dentro de um ambiente sereno sem ter à porta os credores, como aconteceu. Alguns estão aqui, estão a ouvir-me. Essa equipa conseguiu levar a bom termo essa governação. E prometia ter no fim do mesmo que o Senhor Presidente aponta para ter o problema resolvido, tê-lo também resolvido. Portanto nós somos levados a concluir que este Plano não era necessário. Porque isto vai abater-se sobre os aveirenses, todos, não é só sobre o investidor. Vai abater-se sobre as rendas, sobre o emprego, maiores taxas de IMI. Quer dizer, vale-nos a nós aveirenses a magnífica cidade que é, em todos os aspetos e com o que a natureza a prodigou. Porque realmente a governação não faz nada por isso.*

*Às vezes questiono-me sozinho. Ainda há dias vinha a pé da minha casa para aqui e pensava assim “estes senhores que lideram isto pagarão aqui os seus impostos”? Quem hoje é autor disto, pagará aqui os seus impostos? Eu digo, não paga — paga noutra sítio! Por isso não custa nada. Muito o brigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>009</sup>

Vogal Rita Batista (BE)<sup>010</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>011</sup>

Vogal Caetano Alves (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>013</sup>

*“Senhor Presidente. Para nós hoje é um dia de regozijo e de grande satisfação porque naturalmente faz-se luz para a saída do buraco negro em que esta Câmara se encontra.*

*Se esta Assembleia cumprir o seu dever perante os aveirenses votando favoravelmente o programa de ajustamento municipal que este executivo aqui traz e se o Tribunal de Contas lhe conceder o Visto, há um virar de página na gestão do município de Aveiro. Este programa vai permitir a reestruturação e gestão de uma dívida mais três vezes e meia a média da sua receita corrente contraída nos últimos 16 anos e que condicionou de forma dramática a gestão do dia-a-dia dos aveirenses. O CDS entregou a gestão do município há 18 anos atrás, após cerca de 20 anos de uma gestão parcimoniosa e cuidada — embora eu tenha ouvido muitas vezes nas Assembleias Municipais da altura que a gestão era ruínosa e descontrolada!?*

*Mas o CDS entregou a Câmara honradamente sem dívidas. E com uma capacidade de endividamento que deu para percorrer 4 mandatos a contrair dívida — até que chegamos a este desiderato.*

*Claro que nós reputamos todos investimentos de nocivos. Muitos foram bem ponderados e era claramente participado para mais que uma geração. Mas os rácios de solvabilidade e as estimativas de receita, na altura não foram calculadas para uma cidade como Aveiro. Talvez pensados para um Luxemburgo ou Burgos, mas não a nossa. O facto é que nós é que vamos ter de pagar aquilo que se andou a investir sem fazer consideração da forma como foi decidido. Tal como nos 20 anos que gerimos a Câmara hoje o CDS quer participar na solução deste problema e é por isso que está nesta coligação com apoio total a este executivo. Queremos apoiar o executivo municipal e honradamente pagar as dívidas aos credores que já foram aqui referenciados. As dívidas das mil empresas e para as quais sou muito sensível porque são na maior parte pequenas empresas, instituições de solidariedade, juntas de freguesia, etc.*

*Também apoiamos o executivo, para numa gestão rigorosa dos seus recursos, termine com este ciclo de despesa que condiciona sempre a vida dos nossos filhos.*

*É tempo de reprogramarmos o ciclo de investimento. Apoiamos o executivo nas estratégias de desenvolvimento apresentadas como a revisão do PDM o desenvolvimento urbano, a atratividade do turismo, a atratividade de investimento que gera consequentemente emprego. A coesão social na cooperação e desenvolvimento e na capacidade de nos podermos reorganizar financeiramente para estarmos atentos aos programas do Portugal 2020.*

*Apoiamos o executivo nas decisões nem sempre populares, mas necessárias para cumprir escrupulosamente o reequilíbrio orçamental e que serão aqui votadas nos próximos orçamentos em cada ano.*

*Conseguimos obviamente um instrumento para nos prepararmos para o futuro em termos financeiros. Mas temos 20 anos para provar que somos capazes. Eu quase que me atreveria a sugerir que houvesse um acordo entre todas as bancadas partidárias para que colocássemos um semáforo à porta da Câmara de forma que, trimestralmente, no resultado das auditorias, o semáforo pudesse ir para vermelho sempre que houver derrapagem. Dessa forma nos próximos 20 anos os munícipes sabiam na hora o que é que estava a acontecer, não precisavam de esperar por eleições para tomar as posições. Isto é uma brincadeira mas tem muito de sério porque em 20 anos vamos ter cerca de 5 mandatos na gestão municipal de caminho para o rigor. O rigor é o caminho. E eu não tenho para mim ainda certo que os*

*políticos e os autarcas tenham aprendido que o rigor é a base de qualquer sistema de gestão — apesar do Papa Francisco acreditar nos novos jovens políticos para o cumprimento do futuro da humanidade. Mas eu gostava que isso fosse mais rápido para que não tivéssemos mais constrangimentos desta natureza.*

*Senhor Presidente o CDS congratula-se com a capacidade deste executivo e a liderança do Senhor Presidente em apresentar soluções para retornar a colocar Aveiro no caminho que sempre percorreu e que nos habituou e tornar a colocar o Município de Aveiro como líder e exemplo em Portugal para a gestão autárquica que nós temos. Muito obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

*“Senhor Presidente, Senhores deputados, assistimos nos últimos minutos nesta Assembleia a verdadeiros momentos zen. Ouvir aquilo que nós ouvimos das bancadas que nos últimos dez anos têm apoiado os governos municipais da maioria são momentos zen que não nos podem deixar de oferecer um sorriso nos lábios ao ouvir com atenção as palavras que foram aqui deixadas. O passado recente é absolutamente desastroso. O caminho que foi percorrido com o plano de saneamento financeiro que foi aqui aprovado há uns anos foi um desastre. Dizia-se ainda à pouco que o Tribunal de Contas aprovaria este Plano de Ajustamento Municipal. Eu tenho a certeza absoluta que o há-de aprovar porque aprovou o Plano de Saneamento Financeiro onde se dizia que se concessionava o Estádio por mais dinheiro do que aquele que tinha custado. Se esse “Plano” mereceu um Visto este deve merecer para ai dez vistos.*

*Mas foi um caminho desastroso. E foi apoiado por V. Exas!? É evidente que a repartição de culpas eu também a consigo fazer. Nomeadamente quem me antecedeu no uso da palavra, e quem ainda hoje tem assento no executivo municipal e estava no executivo anterior.*

*Quero crer que não terão sido os principais responsáveis na elaboração de tão mal fadado plano. Todavia da responsabilidade política não se podem eximir. E virem hoje dizer com ar cândido que estão e apoiam insofismavelmente tão “maravilhoso plano” e que é um dia de luz para o município!?*

*Não são más notícias, reparem. Mas também devo dizer que chegados aqui e a hoje vermos obrigados a aprovar um Plano com estas características é de facto um dia mau para Aveiro. Porque é um sinal muito negativo que o caminho que foi percorrido pelas maiorias que V. Exa apoiaram foi desastroso.*

*“Não tínhamos outro remédio”. Os remédios são estes que a lei nos dá e que temos de cumprir. Sendo certo que pelo menos da parte da nossa bancada e quero crer que da parte de todas as forças políticas aqui representadas, que a prioridade será em pagar as dívidas. Muitas delas a pequenos fornecedores que estão há anos para receber esse dinheiro e cujo esse recebimento é fundamental para puderem manter a sua atividade e os empregos que ainda oferecem no nosso município. E isso é económica e socialmente relevante. Este é o Plano que temos em cima da mesa e que é uma imposição da lei. Mas eu quero alertar que a nossa divergência de fundo se prende com a lei e não tanto com o plano. O Plano é o que é. Nós faremos alguma crítica a ele, mas a nossa principal crítica, aliás como já foi feito em outras ocasiões nesta Assembleia Municipal, prende-se efetivamente com a lei.*

*Quero dizer que não estava no libre arbítrio da Câmara Municipal querer aprovar ou não este Plano. Os números que a Câmara Municipal apresenta obrigavam aderir ao Plano (artigo 24 da lei). E mais, se os órgãos municipais não aprovarem o Plano existe um incumprimento de acesso ao FAM e isso é uma ilegalidade. E não é uma ilegalidade qualquer. É uma ilegalidade que a lei qualifica como grave. E portanto, sendo o Plano bom ou mau nós temos que aprovar um Plano qualquer porque nós temos de aderir ao FAM porque as nossas finanças estão de tal maneira depauperadas que essa é a exigência.*

*É evidente que vai haver efeitos negativos para os aveirenses pela aprovação do Plano. Aliás já estão a ser sentidos. O artigo 35 impõe desde logo que todos os impostos e taxas municipais tenham que subir para o máximo. E isso vai pesar muito nos bolsos dos aveirenses. O IMI sobretudo. Aliás a subida seria tão abrupta que vai ter de ser faseada em dois anos e portanto as más novidades para os aveirenses é que o Plano que hoje é apresentado pelo executivo municipal comporta também um aumento de IMI no próximo ano. E portanto do ponto de vista financeiro e da economia municipal, quero crer, porque estudos não existem que sustentem esta minha afirmação haverá mais problemas. Claro que este Plano sustentado na lei, aliás até pela semântica que é usada em todo o articulado que nos é aqui exposto, nós não conseguimos fugir à inevitável comparação que é um plano à imagem da Troika. É de facto a austeridade e é uma austeridade como dizia um pouco cega porque não atende a especificidades territoriais, demográficas, de capacidade financeira, de evolução da aplicação do Plano, e a flexibilidade é muito diminuta para atender a circunstâncias que venham a ocorrer ao longo do tempo.*

*E a lei deveria ser diferente nesse capítulo e estou seguro que em Aveiro nós poderíamos atender e executar um plano que desvelasse os problemas financeiros da Câmara sem que houvesse uma austeridade e um peso tão excessivo nos bolsos dos munícipes.*

*Mas do nosso ponto de vista devem-se sanear as finanças da Câmara Municipal, mas concomitantemente debater-se o futuro. E desse ponto de vista nós identificamos duas falhas essenciais. Uma diz respeito aos impactos que o programa de ajustamento vai ter. nomeadamente no que se prende ao impacto negativo e esse porventura será o que mais preocupará os cidadãos e também as pequenas e médias empresas que tem a ver com o IMI.*

*Falo de impacto financeiro, do impacto económico, inevitavelmente do impacto social, porque já há notícias de agregados familiares que têm muitas dificuldades no excessivo impacto do preço do imposto.*

*E por fim achamos que se deveria associar um programa de desenvolvimento do município e esta crítica entronca numa outra que nós aqui fizemos no mandato anterior porque se apresentou um programa, uma carta de desenvolvimento municipal, tinha um nome pomposo e gastaram-se alguns milhares de euros a contratar uma empresa que se chamava SPI e fazer uma carta de desenvolvimento.*

*A carta foi feita e ninguém mais olhou para aquilo. Ainda bem porque aquilo não interessava nada. Só serviu para ser apresentado aqui na Assembleia, fazer-se um bonito com um PowerPoint, e depois o executivo municipal nunca mais olhou para aquilo.*

*Ou seja é importante que essas coisas se façam mas com pés e cabeça. E que sejam documentos úteis. E do nosso ponto de vista haveria utilidade em termos do desenvolvimento do que queremos nos próximos anos para Aveiro nomeadamente na articulação com o planeamento e com os instrumentos de gestão territorial que estão aí a ser revistos sobretudo no PDM para que possamos vislumbrar qual o caminho que temos para seguir.*

*Para já estas seriam as primeiras notas que queríamos deixar aqui para o debate e ficávamos também a aguardar mais esclarecimentos e saber da pronúncia do partido social democrático sobre esta matéria. Disse.”*

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

*“Obrigado Senhor Presidente. Naturalmente que não vou discutir a situação do FAM, mas começava por dar uma sugestão que era aproveitar o que o meu amigo Caetano Alves sugeriu. Ir buscar o semáforo que está em Esgueira sem fazer nada — à porta da antiga farmácia Capão Filipe.*

*Naturalmente que estes contratos do FAM foi a solução encontrada por V. Exa para a liquidação aos credores desta autarquia. Socialmente preocupa-nos o futuro das pessoas que vivem em Aveiro. E Senhor Presidente da Câmara pedia-lhe um esclarecimento sobre o que nos espera em termos de sustentabilidade e de melhorias que Aveiro tanto precisa. Como vai ser o progresso do nosso concelho nos próximos anos? Porque ao que temos assistido preocupa-nos que o futuro possa vir a ser a tributação de mais taxas. Gostava de uma informação concreta e real. As pessoas não estão sensibilizadas para as alternativas nos aumentos do custo de vida a que estão sempre sujeitas. Obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente à questão em concreto, que finalmente podemos discutir com um documento final aprovado, eu gostaria de começar por dizer o seguinte: É inquestionável que a Câmara Municipal se encontra numa situação deveras complexa. E diria também que é inquestionável que o documento que aqui nos é apresentado também é deveras complexo. É deveras complexo porque se nós olharmos para o mesmo ele integra dentro de si um número considerável de variáveis. Variáveis essas que têm dois tipos de características. Uma supostamente dominadas por quem elabora o documento e depois há um conjunto de variáveis muito vasto que não têm obviamente um domínio de quem elabora o documento. Portanto isso coloca obviamente um risco face àquilo que nós é aqui apresentado. Por outro lado, há aqui uma complexidade temporal. Nós estamos em 2015 e estar a falar de previsões a 10 e a 20 anos é, enfim, dir-lhe-ei que no contexto e nos tempos que correm obviamente que introduz outro grau de complexidade. Poder-se-á dizer que o número de variáveis e que o tempo que está adstrito a este documento é aquele que é necessário para o poder produzir. Poderá ser um facto, mas importa perceber, se aquilo que está no papel tem ou poderá vir a ter alguma aderência àquilo que será a nossa realidade futura. E há aqui algumas questões que eu gostaria de deixar vincadas nesse ponto para perceber efetivamente se nós podemos de alguma forma perceber se este é um documento que analisa e projeta bem aquilo que será um futuro próximo e mais longínquo do município de Aveiro e das pessoas que cá vivem. Gostaria também de deixar aqui a seguinte nota.*

*Nós estamos aqui perante duas repetições. Ou seja, este documento congrega em si dois cenários que os portugueses em geral e que os aveirenses em particular bem conhecem.*

*Em primeiro lugar estamos aqui sobre um programa de ajustamento municipal. Tinha um nome diferente daquele que foi apresentado, mas não deixamos de estar aqui num cenário em tudo semelhante. E acrescentar a este déjà-vu poderemos ter outro. Que é o programa que a República foi alvo nestes últimos tempos nomeadamente através da intervenção da Troika. E portanto o que se espera em grande medida é que neste documento não estejam vertidas e esperamos que o mesmo não acolha o que de pior cada uma destas situações teve. E obviamente que ninguém faz tudo mal, nem ninguém faz tudo bem, e portanto esperamos que este documento consiga aproveitar aquilo que de positivo podemos retirar.*

*E tenho aqui algumas questões que queria deixar colocados neste aspecto. Este documento assenta do meu ponto de vista essencialmente em quatro questões fundamentais. Temos aqui uma questão que é uma questão de mais impostos — essa é uma questão que está penso qualificada, a carga fiscal aumenta, é uma imposição e está aqui devidamente ilustrada. Temos aqui também uma questão que passa por um aumento de receitas baseado na alienação de património, vamos portanto obviamente encontrar esse caminho para poder de alguma forma suportar aquilo que resulta da aplicação deste programa.*

*Depois há aqui duas questões que eu penso que está também aqui evidenciada. E esta é uma variável que de alguma forma estará sobre o seu controle Senhor Presidente da Câmara e*

*sobre o controle do Executivo Municipal que tem a ver com a contenção da despesa. E portanto estas três vertentes em conjunto permitem de alguma forma perceber como é que nós podemos perceber os números que andam aqui à volta deste documento.*

*Agora há aqui uma questão que não me parece tão clarificada. E que alguma forma do meu ponto de vista é aquilo que nós assistimos do meu ponto de vista da fase que atravessa o nosso país e por outro lado esta segunda questão que não me parece tão verdadeiramente qualificada encerra aqui alguns pontos que do meu ponto de vista até podemos estar de acordo noutros há questões que me fazem lembrar o anterior plano de saneamento financeiro e portanto é sobre esta questão que podemos centrar a discussão ou seja, mais impostos, menos despesa, mais receita de património e depois temos aqui um aspecto que nos tem de explicar como é que a Câmara Municipal, como é que o executivo municipal poderá resolver um problema de acréscimo de receitas. Temos aqui uma questão onde podemos convergir que é a questão do marketing territorial que é a questão da atratividade através do Turismo, através da captação de investimento. Agora o que está aqui do meu ponto de vista peca por defeito. Porquê? Porque apenas temos o título e não temos nenhuma destas questões tão aprofundada tanto quanto seria desejável se considerarmos que esta é uma peça fundamental naquilo que é adesão deste documento à realidade. Depois há aqui uma outra questão que me deixa um bocadinho assustado. Deixa-me assustado não por não acreditar naquilo que está escrito, mas porque me faz lembrar uma das questões que veio no antigo Plano de Saneamento Financeiro, que tem a ver com a rentabilização do Estádio. É que a rentabilização do Estádio no anterior Plano financeiro era absolutamente irrealista. Portanto quando nós olhamos para aqui só temos o título, eu gostaria de perceber e penso que é uma questão fundamental na discussão deste documento, como é que estas 8 páginas que tem a ver com o plano de desenvolvimento económico, que é uma peça fundamental para a aplicação deste documento, devem ser aprofundados para que nós todos nos sintamos mais confortáveis a ter uma opinião mais concreta sobre este documento. Não querendo obviamente minorar o que é o documento em si de resto estamos a falar de números. Números que são projetados, números que são projetados com base em pressupostos, e importante perceber também o seguinte. O que está aqui projetado é um empréstimo.*

*Ninguém nos vai dar absolutamente nada. E portanto nós vamos é transferir uma dívida que temos que está em grande parte suportada por fornecedores e vamos transferir para o Fundo de Apoio Municipal.*

*Eu vejo aqui com alguma apreensão, mas tinha a ver com projetar isto no tempo a 20 anos e com alguns pressupostos. Por exemplo a dívida à banca que nós temos neste momento foi reestruturada. Foi reprogramada no tempo. E também e bem nalguns casos, aliás o partido socialista na altura fartou-se de criticar o empréstimo que foi feito a taxa fixa e ninguém ligou nada, absolutamente nada a isso. E portanto sejamos justos. A taxa que a Câmara Municipal vai pagar com aquilo que está aqui à frente em termos de juros é muito menor.*

*Agora a projeção tem como base a EURIBOR e como nós sabemos nalguns casos, a três meses estará negativa, e portanto as projeções que aqui estão assentam todas numa taxa de juro projetada com esses níveis. E portanto a minha questão é a de perceber se efetivamente este documento tem consistência, eu pessoalmente gostaria muito que as taxas de juros se mantivessem a este nível porque pagaria a minha casa tranquilamente do que se elas aumentarem. Mas deste ponto de vista eu gostaria muito de perceber como é que este documento é consistente se as taxas de juros aumentarem, por exemplo se a EURIBOR aumentar para 5% ou coisa que o valha, como estava há uns anos a esta parte.*

*Neste momento deixaria a minha intervenção por aqui e gostaria de centrar a discussão nesta questão. Ou seja, temos aqui 8 páginas concentram o chamado plano de desenvolvimento económico que suporta este documento. E para mim, do meu ponto de vista, esta é a peça fundamental. E portanto esperemos que o Senhor Presidente consiga de alguma forma*

*aprofundar estas medidas, aqui ou onde entender, porque do meu ponto de vista esta questão é central porque se não vamos encontrar um dilema que é uma não resposta à pergunta que é o que é que acontece depois disto porque estamos a trabalhar para um aumento de impostos, estamos a trabalhar para uma diminuição de despesas, estamos a trabalhar para uma alienação de património, mas o património acaba, a carga fiscal não é possível aumentar de forma indefinida e as despesas também não são possíveis reduzir de forma indefinida. E portanto tem que haver aqui uma peça que nos explique do ponto de vista da gestão municipal e isto não é uma questão que seja de hoje, mas é uma questão que é transversal aos municípios que é como é que os municípios podem ter uma receita que suporte uma receita mais equilibrada que é a sua gestão corrente.”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>017</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>018</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>019</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>020</sup>

Vogal João Barbosa (PS)<sup>021</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>022</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>023</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>024</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>025</sup>

*“Bom, eu conheço bem os dois Senhores Vereadores do PS na Câmara Municipal de Aveiro (não estou a por de parte a Senhora Vereadora), mas aos dois conheço-os melhor. Não os tenho como irónicos no desempenho de atividades de responsabilidade. E portanto, tenho que admitir que o elogio feito pelos senhores vereadores era o elogio que corresponde inteiramente à verdade.*

*Segundo ponto. Diz o Marques Pereira, desculpe não trata-lo por V. Exa, mas tenho alguma dificuldade em ser tão formal. Diz o Marques Pereira que o Partido Socialista apoia sempre as iniciativas de qualidade. Oh Senhor deputado eu aconselho-o a ir ver as actas e ver o número de iniciativas de qualidade que o Partido Socialista não apoiou.*

*E depois se reconhece que este documento é um documento bom (apesar da ironia de que não era difícil ser melhor do que o outro) não percebo por que é que se abstiveram. Se apoiam sempre as iniciativas de qualidade então não deveria, ter-se absterido e votado a favor.*

*Terceira questão se relaciona com o conhecimento da lei. Oh Senhor deputado eu terei muito gosto em ter aulas de direito com V. Exa. Uma das coisas que eu faço, até devia dizer “buona note” quando cheguei aqui porque ontem em Itália aprendi umas coisitas e regresssei a correr para estar aqui para fazer-vos companhia, e como professor que sou entendo que a minha vida é uma vida de constante aprendizagem. E tive muito gosto em aprender com o Marques Pereira coisas de Direito que são necessárias para a minha vida, nomeadamente para a minha vida politica. E não tenho dúvidas acerca da obrigatoriedade de aceitar um programa deste tipo para municípios que enfim, não cumpriram as regras até agora. Não tenho dúvidas sobre isso.*

*Mas talvez seja bom lembrar que há municípios do Partido Socialista que não cumpriram. Afinal não foram só municípios do PSD, houve outros municípios que não cumpriram.*

*E também seria bom lembrar que apesar de todos os argumentos apresentados pelo Partido Socialista, não conseguiram convencer os outros partidos de que, nomeadamente os partidos da coligação, da bondade das suas propostas para o Plano.*

*E portanto, para finalizar mesmo. Sabe que é fácil dizer que há outros caminhos, há outras alternativas — eu gostava de as ter ouvido.”*

## Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>026</sup>

*“Algumas notas sobre as intervenções ouvidas. Primeiro, aquilo que o António Moreira disse tem que ser interpretado de outra maneira. A Câmara de Aveiro tem sido um exemplo neste processo pela sua rapidez e por sermos sempre o primeiro município. Fomos o primeiro a apresentar proposta ao ATU, fomos o primeiro a ter visto do ATU, fomos o primeiro a assinar contrato do ATU, somos o primeiro a ter PAM aprovado, somos o primeiro a aprová-lo na Câmara e na Assembleia Municipal, vamos ser o primeiro a enviá-lo ao Tribunal de Contas e espero que sejamos o primeiro a ter visto. E isto não é por algo, como se pode retirar das suas entrelinhas, de meio mafioso. Não. Isto quer dizer: muito trabalho. Quer dizer que, por exemplo, aproveitamos o facto de eu ser vice-presidente executivo da ANMP e acompanhar o processo legislativo. Mal seria que as horas que eu tiro ao meu município, de forma direta, para servir todos os municípios portugueses, não tivessem proveito direto para o município a que eu presido; ninguém, seguramente, entenderia semelhante exercício de função. Portanto, se eu conheço a versão final de um diploma três meses antes de ele ser publicado em Diário da República só tenho que dizer à equipa da Câmara que está aqui a versão final, toca a andar para a frente, toca a preparar tudo, para quando sair o diploma nós termos tudo pronto para avançar. E foi isso que aconteceu. Isto quer dizer qualidade na nossa gestão e intensidade no exercício de todas as funções, e uma equipa com qualidade. Nós não fomos buscar prestações de serviço. A maior parte das câmaras que estão em PAM, são dezassete, a esmagadora maioria das câmaras em PAM compraram prestações de serviço para fazerem os seus programas. Nomeadamente há um célebre prestador de serviços que fez o trabalho para todas as câmaras comunistas, por exemplo. Nós não. Fizemos com a nossa gente, com o Presidente da Câmara, com o nosso ex-colega Jorge Campino, com participação de todos, embora as mãos na massa mais diretamente foi com estas duas pessoas, e a nossa equipa técnica liderada pelo nosso chefe de divisão de administração geral. Fomos nós que fizemos. Tem algumas vantagens, além das diretas, tem indiretas. Primeiro, capacitamos a nossa estrutura, ficámos, com esta tarefa cumprida, mais capazes para cumprirmos outras. Isso é muito importante para uma organização. Segundo, poupámos dinheiro, muito dinheiro. Pergunte às suas câmaras, aos seus camaradas, quanto é que pagaram. Eu não lhe vou dizer; eu sei. Pergunte, por exemplo, à câmara parecida com a nossa em dimensão quanto é que está a pagar a duas empresas privadas, não é apenas uma, são duas para fazerem o programa. E depois uma vantagem de agilidade. Quantas vezes as perguntas do FAM chegavam à sexta-feira, ao início da noite, e eu fazia siga no meu computador ao domingo à noite e isso queria dizer que muita gente tinha estado a trabalhar sábado e domingo para eu poder responder, no domingo à noite, ao presidente da direção do Fundo. Se quiserem os prints dos emails, dá um bocadinho de trabalho, mas eles estão ao dispor de todos. A nossa rapidez tem a ver com isto: qualidade, prontidão e intensidade. E porquê? Porque temos um problema grave e os problemas graves têm que ser respondidos com diligência. E lamento que tenhamos demorado tanto tempo, mas não foi por nós. Nós fizemos sempre a nossa parte rapidamente. Temos tudo montado para que os ofícios que venham a surgir do Tribunal de Contas com perguntas, o que é perfeitamente expectável, que nós os possamos responder com a máxima brevidade. Mesmo que seja chegarem à sexta-feira e, para o Tribunal não se trata de email, à segunda-feira podermos enviar o ofício. É muito importante que tenhamos isto presente. Depois, não há, António Moreira, benefícios fiscais revogados. Ninguém revogou nada. Nós, como município FAM, direta e naturalmente estamos impedidos de apresentarmos benefícios fiscais. No entanto, a mesma lei diz que temos essa possibilidade desde que a nossa proposta seja aprovada pelo Fundo. Por exemplo, já estamos a negociar, estamos a construir e a negociar ao mesmo tempo, o nosso pacote de benefícios fiscais no quadro do programa estratégico de investimento urbano que*

*tem uma componente de benefícios fiscais muito importante para atrair investimento. Devo dizer que as coisas estão a correr bem. Porquê? Porque nós temos que explicar que aquele benefício tem um outro tipo de benefício. Benefício só por benefício obviamente que temos que ter juízo porque não podemos fazer aquilo que se andou a fazer, que foi, além de produzir despesa a mais, destruir a receita. E nós não podemos destruir a receita sob pena de não conseguirmos fazer as nossas coisas.*

*Rita Batista, eu não apresentei garantia nenhuma. A nossa garantia tem um sentido um bocadinho diferente daquilo que disse. Nós acreditamos e sentimo-nos bem com este programa. E façam o favor de dizer quem tiver opinião diversa, mas com objetividade não é com retórica. Este programa é realista, não estão aqui sessenta milhões para vender o Estádio; está zero. Está aqui despesa para o Estádio, está. Para termos o Estádio direito está cá despesa, nós queremos gerir o Estádio. Não temos dinheiro para o demolir e não vemos qualquer lógico em o selar e deixá-lo só para as pombas. Nós queremos geri-lo. Se ele nos dá uma despesa anual de meio milhão de euros nós estamos a trabalhar para que ele nos dê uma receita o mais rapidamente possível de meio milhão de euros e que, depois, possamos passar a ter uma fase que a receita possa até sobrepor-se à despesa para podermos ter capacidade de receita gerada pelo próprio elemento que, obviamente, precisa de capacidade de investimento para a sua manutenção.*

*Santos Costa, além de lhe pedir desculpa por algum dano administrativo e imperfeição nos documentos, embora pudesse ser para todos, para que não venham para a Assembleia com erros administrativos e defeitos processuais ou documentais. Mas disponham do apoio da Assembleia, da Câmara, do Gabinete da Presidência, para corrigirmos tudo o mais rápido possível. Nós queremos que os colegas, ainda por cima que não são profissionais, tenham os documentos com toda a qualidade, o melhor possível, sem algum dano. Primeiro, pedir-lhe desculpa e segundo diga-nos o mais rápido possível para colmatarmos essas falhas. Em relação às dívidas com terceiros nós temos vários exemplos, não quero ser específico mas vou referenciar as várias tipologias. Por exemplo, muitos, a maior parte dos nossos concessionários de bares, restaurantes, tinham dívidas. Aliás, temos um que nunca tinha pago a renda à Câmara. Nunca. Tinha uma dívida de cinquenta mil euros; um bar que paga mil e quinhentos euros por mês. Nós chegámos e começámos a pôr tudo na ordem. Eu sei que para a gestão anterior, para tentarem ser simpáticos, “eh pá... deixa estar para aí”. Eu já expliquei à Assembleia que uma das nossas pechas principais, está no relatório de auditoria interna, foram as indemnizações por danos nas viaturas dos nossos concidadãos. Quando cheguei ao meu gabinete tinha um monte grande de indeferimentos. Tudo o que vinha do serviço para deferir para indemnizar o cidadão o Sr. Presidente, meu antecessor, despachava. Tudo o que era para indeferir, amontoava. Eu despachei-os, um a um, com base nas informações técnicas, nos relatórios; lembro-me só de um que achei que tinha que ser corrigido por que não estava tão bem e despachei os que eram simpáticos, que indemnizavam, e os que eram antipáticos e que diziam não. Mas eram os dois verdadeiros e a vida tem que ser vivida com verdade. Portanto, vem daí, de facto, uma receita muito importante na tipologia de dívidas de terceiros. Agora, Santos Costa, ficar assustado e preocupado, como disse, eu compreendo, ainda por cima estando sentado na bancada em que está, não lhe fica exatadamente bem em termos políticos. Há duas coisas que nós não estamos: nem assustados, nem preocupados. Estamos absolutamente determinados em pegar na herança que recebemos com coisas muitas boas e coisas muito más, de um extremo ao outro, e fazer com que as boas sejam cada vez melhores e as más passem a razoáveis e a boas o mais rapidamente possível, e resolvamos os problemas graves que herdámos e aproveitemos as oportunidades que temos à nossa frente e que também são bastantes. Nem assustados, nem preocupados, mas absolutamente determinados, empenhados, em fazer bem. É para isso que cá estamos com grande alegria, recebendo os nossos queridos caloiros, trabalhando com*

toda a gente, com um empenho muito grande e com uma convicção que vamos conseguir, a cada dia, acrescentar valor. E os quase dois anos que já levamos deram um contributo muito importante. Verificaram que há uma parte relevante das medidas de uma das três componentes, que é o reequilíbrio orçamental, que estão executadas. Em muitas matérias, elas estão exemplificadas, não vou pormenorizar, nestes dois anos já se executaram muitas medidas que estão neste programa. Não estamos à espera do programa para começar o trabalho, já começámos o trabalho no dia a seguir a termos tomado posse.

Não vale a pena a retórica de que estamos a fazer aquilo que não prometemos. Não é verdade. Aquilo que tive que dizer na campanha para responder a ataques vis, de cartas anónimas imbecis e outros comportamentos de gente que sei quem são, mas ficamos por aqui, foi para explicar que não íamos subir o IMI no nosso primeiro ano de mandato. Era absolutamente irresponsável eu ter dito uma outra coisa. Nós não conhecíamos a realidade, não estávamos a manusear, e chegávamos e subíamos os impostos? Só por subir, para termos mais receitas? Isso foi tão sensato como foi sensato não dizer o que é que íamos fazer nos anos seguintes. Lembra-se que encontrámos caixas com onze milhões de euros de dívida, escondidas das contas formais? O Sr. lembra-se da Rodimo e da problemática dos armazéns? O Sr. lembra-se daquilo que dizem os nossos relatórios de execução do plano de saneamento financeiro? Que ele foi um logro. E é pena. Eu também tenho pena que o Dr. Élio Maia e a sua equipa não tenham conseguido, com o plano de saneamento financeiro, resolver o problema. Tenho pena. Sr. Dr. estude lá os relatórios porque os relatórios dizem onde é que teve o elemento que ajudou a baixar a dívida que foi a brutal redução da despesa nos funcionários à custa dos que foram para a AdRA, à custa dos que se aposentaram e à custa da mudança da lei que acabou com os contratos a prazo. E faça a conta porque é um valor muito relevante, mas vou deixá-lo fazer a conta. Eu tenho-a aqui à minha frente. Portanto, é bom que nós tenhamos a noção das coisas e que não andemos aqui a 'politiqueirar' só porque temos que dizer umas coisas e tentar defender a honra ao convento. E cuidado com os saldos. Passámos com saldo no ano anterior, no ano passado. «Vocês têm dinheiro na tesouraria.» Temos muito. E porquê? Porque temos que ter cautelas e caldos de galinha. Temos a certeza que até ao final de outubro temos o plano visado? Temos a certeza que até ao final de dezembro temos o PAM visado? Não temos. Não dou garantia, não temos. Temos essa expectativa? Temos, claro que sim, mas não temos a certeza. Vamos pôr a nossa tesouraria em cima do limita e não ter dinheiro para pagar o nosso serviço de dívida que é enorme e que temos para pagar em outubro, novembro e dezembro? Arriscarmos a não ter capacidade de pagar os nossos ordenados aos nossos funcionários na ponta final do ano, onde temos, além do mais, um pico? Não. Arriscamo-nos a outra coisa: a passar com saldo. Achamos que é muito mais sensato passar com saldo do que não ter dinheiro para pagar o serviço de dívida à banca ou os ordenados aos nossos funcionários. É uma opção clara e cristalina. Gostamos disto? Não. Gostávamos muito mais de termos chegado a maio, junho, que era a nossa previsão, e termos o PAM aprovado e já termos cinco ou seis meses de execução e termos, obviamente, uma outra perspectiva. Mas as coisas são como são, embora tenhamos boa consciência que fizemos tudo com diligência para podermos ter consumido menos tempo.

O Ernesto Barros deu uma nota que é muito importante: rigor. O rigor é muito importante. É esse o caminho e é mesmo assim. Este programa cria-nos condições de rigor mas a nossa opção de gestão, que está clara no nosso programa eleitoral que os cidadãos escolheram, tem lá o rigor em absoluto, transparência, seriedade e cumprimento de obrigações. É a nossa forma de estar e é por isso que nos sentimos muito bem com este programa porque ele é um instrumento útil para que nós cumpramos os valores que defendemos para a gestão pública e para a gestão do nosso município.

*O Marques Pereira brincou com o visto do Tribunal de Contas. Diria ele: «como é que é possível o Tribunal de Contas ter visado um mau plano de saneamento financeiro?». O Tribunal de Contas não faz análise da qualidade da substância de um processo deste género, por mais piada que possa achar. Não faz mesmo. E quando faz nós protestamos porque o não deve fazer. E quando o faz como exceção à regra, tenho que ser justo, nós protestamos porque não o deve fazer. Façam a análise, especialmente o Movimento Independente que tem mais informação sobre a matéria, de quantos meses chegavam a demorar as respostas da Câmara de Aveiro a alguns ofícios do Tribunal de Contas para responder às questões que o Tribunal fazia. É que isto dos prazos... quando chega um ofício suspende o prazo e o prazo só volta a entrar em contagem no dia em que chegar o ofício de resposta ao Tribunal; o tempo do meio não conta. O Tribunal tem trinta dias de acordo com a lei.*

*Há uma coisa à qual eu dou muita importância e dou pela minha vida política e darei pela vida política que tiver enquanto a tiver. Em democracia é a democracia que é o mais importante, sempre. Em Portugal, é muito raro, a percentagem, leiam sobre isso que é muito interessante, de presidentes de câmara em processo de recandidatura que perdem eleições é muito baixa. O Dr. Alberto Souto e o Dr. Élio Maia foram presidentes de câmara que perderam recandidaturas. Na democracia quem vota nas eleições tem sempre razão. Está tudo dito e tudo avaliado quando os cidadãos despediram o Dr. Alberto Souto, líder daquela gestão, e o Dr. Élio Maia, líder daquela gestão. Portanto, a democracia é sempre mais importante que a retórica de outras abordagens, está dito por quem tem que mandar. Depois, podemos achar que, para lá e para cá, mas aquela decisão que foi tão clara e tão cristalina num momento e no outro momento. Não vale a pena estes exercícios de tentarmos recauchutar o passado; o passado está bem tratado por quem o tinha que tratar, nós, agora, temos que tratar da nossa câmara, do estado miserável em que a herdámos, do estado razoável, em termos de organização, em que ela já começa a estar para chegar à excelência o mais rápido possível, e com a execução rigorosa, capaz, competente, do Programa podemos também pôr na devida ordem, o mais rapidamente possível, a nossa situação financeira. O Programa tem flexibilidade, tem mecanismos de revisão, e, Francisco Picado, está cá. Nós temos mecanismos no instrumento para gerirmos as anormalidades. Já dei, há dias, um exemplo. Vai sair uma sentença dos vários processos que temos em Tribunal, vocês têm a relação, todos temos, vamos perder um processo qualquer que achávamos que não íamos perder que vale dez milhões de euros ou quatro milhões; temos vários. Nós temos acesso extraordinário em processo de revisão a assistência financeira para gerirmos este problema. Vamos ter um disparo anormal de taxas de juro, por exemplo, foi o exercício que fez, nós temos acesso para rever o problema. Portanto, este é um mecanismo que tirou boas lições, por exemplo, do PAEL que era, e é, um mecanismo sem revisão; foi um erro na lei. É evidente, diz e bem, que previsões a dez e vinte anos não são possíveis. Não são possíveis de todo. Mas temos que as fazer na modelação contabilística e previsional da gestão. E fizemo-la. E fizemos também o seguinte: para os três primeiros anos, digamos assim, temos aqui uma previsão muito amarrada. Obviamente que ninguém tem ilusões, já não vou para os dez, vou para os quatro, vou para os seis, de que o mundo em que nós vivemos tem volubilidades. A única coisa que nós não queremos que seja factor de revisão das nossas projeções é a nossa incompetência, a falta de rigor, voltarmos ao desvario de quem não sabe o que é dinheiro e gasta sem fim, ou ao desvario de quem não sabe o que é dinheiro e destrói a receita sem fim. Esse é o nosso absoluto compromisso de honra, de garantia absoluta de que não irá acontecer até ao final do nosso mandato, dentro da responsabilidade política da qual somos gestores.*

*João Barbosa, na nossa próxima reunião ordinária vamos falar muito sobre estas coisas das bem-feitorias que Aveiro precisa, está lá um ponto na informação sobre o Portugal2020, vamos falar sobre isso porque, de facto, vamos ter capacidade de investimento. Portanto, se*

vamos ter capacidade de investimento é para fazer investimento. Cumprindo o programa da nossa candidatura e cumprindo a resposta às necessidades que temos vamos ter investimento. Vamos falar sobre ele, não é só na próxima Assembleia Municipal, obviamente que é um primeiro momento e na nossa gestão seguramente.

Francisco Picado há uma coisa adicional que eu queria partilhar consigo e, obviamente, com todos. Este programa tem vários contributos. Na prática, ele tem uma dimensão financeira de oitenta milhões de euros e ele recebe contributos da primeira componente do reequilíbrio orçamental; e do reequilíbrio orçamental há uma componente que é negativa, que é termos que pôr na ordem e extinguir o sector empresarial local que tem um impacto negativo de três milhões de euros, porque aquilo é a desgraça que temos e o meu antecessor não foi capaz de resolver o problema, nós somos capazes, está a seguir o seu caminho. Depois há, na relação da receita com a despesa, o valor do contributo do reequilíbrio financeiro que é dez milhões de euros, dos quais cerca de dois terços são contributo da receita e cerca de um terço é contributo da despesa. A reestruturação da dívida dá um contributo de quase nove milhões de euros e a assistência financeira dá o contributo dos setenta e três milhões de euros, incluídos os dez milhões de euros do ATU. Houve um concidadão nosso, com responsabilidades partidárias, que veio dizer «este programa é uma bastardia; só receita com base no aumento de impostos». É falso. A dimensão financeira total da incidência é de oitenta vírgula cinco milhões de euros e o contributo da receita é de dez por cento desse valor, oito vírgula cinco milhões de euros é o seu valor absoluto. As coisas, meus amigos, são o que são e não aquilo que daria jeito a alguns demagogos que elas fossem. Ficamos todos para ver, obviamente com a nossa liderança de gestores, a sua execução. Fizemos um Plano realista para que os desvios de execução sejam o mais possível positivos e que não tenhamos aqueles que incomodam muito que são os desvios negativos em relação às previsões que o Programa, como um programa que é, tem para fazer. Há, seguramente, no futuro próximo, na revisão da Lei das Finanças Locais, necessária, muito necessária, outras componentes que virão ser trazidas para este processo e que cuidaremos delas, e eu continuarei atento, como dirigente da Associação Nacional de Municípios e gestor do pelouro das finanças da ANMP para que as negociações com o próximo governo sejam boas e que as conclusões das negociações sejam boas para os municípios portugueses e que seguramente quererá dizer que sejam boas para o país. É minha convicção que esse novo passo que é preciso dar será dado e que daí também poderão vir outros benefícios. Nós temos o Programa preparado para receber benefícios, o quadro legal tem-no preparado para receber malefícios, as tais más notícias que, o enquadramento envolvente, a conjuntura, nos possa trazer. Mas o que temos, essencialmente, é uma base realista. Ouvimos aqui, estivemos todos atentos ao debate que temos tido, ninguém disse «há aqui uma verba, há aqui uma receita sem pés nem cabeça, há aqui uma receita com uma probabilidade de execução muito difícil»... porque, de facto, não há. Nós vamos lutar para que ela surja, nós vamos lutar para conseguirmos ir além na receita e na despesa

Chamo só a atenção, para terminar, porque é que a despesa não baixa tanto? Nós não podíamos ter um contributo maior da despesa? Porque é que a despesa só dá um contributo que não chega a quatro milhões? Porquê se nós dizemos que temos gastos a mais? Basicamente por dois motivos. Primeiro motivo, porque felizmente está-se a repor os salários aos funcionários públicos. Temos a boa notícia, para a conta, que estamos a reduzir os custos com pessoal, a reduzir a quantidade de pessoal, e isso é uma boa notícia para a conta da despesa. Mas temos a má notícia, para a conta, que é uma boa notícia que todos gostamos de receber, que é importante para a vida de toda a gente, está-se a repor massa salarial que foi perturbado, retirada, no quadro do programa de ajustamento que o país viveu com as suas obrigações e que assumiu com a Troika. Dois, obviamente o investimento. O investimento está na despesa e a nossa Câmara tem níveis de investimento, no seu histórico recente, baixos

*de mais. Foi um dos grande exercícios desta negociação assegurar uma capacidade de investimento relevante, razoável, no quadro em que estamos e capaz de fazer aquilo que precisamos de fazer. Não tudo, como é evidente, mas grande parte, a maior parte. Cortar na receita, são estes dois grandes produtores, depois há muito outros, nem pensar, há aqui um limite porque já batemos no fundo demais. Por isto é que o contributo da receita é mais importante em termos de valor absoluto que o contributo da despesa. Entendemos que temos um processo equilibrado e que temos condição de termos o visto do Tribunal de Contas sobre a aprovação da Assembleia Municipal e entrarmos em execução e queremos entrar na execução o mais rapidamente possível.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[027](#)

*“Senhor Presidente, deixe-me brincar um pouco, dê-me essa liberdade. Eu vou pedir aos jornalistas que tirem uma selfie, já que eu sou novo, tirem uma selfie com todas as pessoas que querem aprovar este FAM e que no título fique que se aplaude de pé esta aprovação do FAM com estas taxas máximas aprovadas.*

*Aquilo que eu mais acredito é que embora vocês acreditem que esta Plano seja bom não deviam estar alegres. Deviam estar tristes porque este é um dia triste para Aveiro. Porque ao aprovar este Plano estamos a penalizar os aveirenses, de um erro de gestão gravíssima, do qual vocês tentam agora sacudir o capote.*

*Vocês aprovaram isto quando nós aqui apresentámos nesta Assembleia alternativas. E que é que vocês fizeram? Riram-se de nós. E hoje vem dizer que aquilo que vocês aprovaram era mau?! Estão a justificar a vossa incompetência e portanto nós não compactuamos com isso. Como também dizemos ao Senhor Presidente que se não conhecia a realidade quando veio para o município teve muita rapidez em aprovar este Plano. E se não o conhecia é porque a força que o apoia não o ajudou — embora eu não acredite nisso. Eu acho que conhecia muito bem a realidade deste município. E por isso é que este FAM foi aprovado tão depressa. Porque o conhecia realmente. Portanto dizer que não iria aumentar o IMI no primeiro ano, sabia automaticamente que o iria fazer no segundo. Portanto não foi justo perante nós todos. Disse.”*

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[028](#)

*“Senhor Presidente, das suas palavras retiramos que certo certo o seu verdadeiro compromisso é a austeridade sobre os aveirenses! Falou trinta minutos antes, trinta minutos depois, e nem uma palavra sobre os aumentos de impostos e nem uma palavra sobre as dificuldades que os aveirenses terão depois de aprovados este PAM.*

*Também não posso deixar de fazer um comentário ao regozijo com que o PAM é aceite nesta Assembleia. Devo lembrar que cortes orçamentais no orçamento de estado, de financiamento às autarquias foram na ordem dos mil milhões. E onde é que estava a vossa luta. Onde é que estava? Não se viu. Foi a resignação. Quando a solução é contrair mais dívida para os municípios lá está a direita a bater palminhas, estamos tão contentes, lá conseguimos aprovar mais uma dívida.*

*O último ponto que gostaria de referir é a reestruturação da dívida do PAM é curto. E é curta a reestruturação também. Vem provar que na economia real é não só uma possibilidade mas também uma necessidade. Lamentavelmente foi uma medida tímida.”*

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[029](#)

*“Senhor Presidente, desculpe insistir. No Plano de Saneamento anterior havia uma rubrica que dizia o seguinte “concessão do Estádio por n milhões de euros”. E agora aqui temos uma rubrica que diz “rentabilização do Estádio Municipal”. Basicamente o que eu estou aqui a tentar perceber é ao que é que isto diz necessariamente respeito? Porque não queria pensar, certamente não o fará, colocar aqui a rentabilização do estádio municipal com 60 milhões de euros!? Portanto há aqui um conjunto de medidas, esta e outras, que estão aqui dentro de uma rúbrica que diz plano de desenvolvimento económico, e que à bocado referi que na minha perspectiva seria a chave para poder ultrapassar algumas situações que derivam da aplicação "tout court" do plano que aqui tem. Portanto estas questões do meu ponto de vista não estão suficientemente aprofundadas. Acredito que não o irá fazer aqui, mas seria de um conforto muito maior se todos os aveirenses tivessem conhecimento de questões mais detalhadas que envolvem essas medidas. Porque não tínhamos dúvidas, aquilo que vai aplicar vai ter um impacto na economia regional. Podemos estar aqui a falar do impacto que vai ter sobre as empresas. Vai pagar dívida que as empresas têm (PME), mas ao mesmo tempo vai aplicar impostos a essas mesmas empresas. Portanto há aqui um impacto na economia que importa medir. Ao nível nacional o que disse à bocado foi que temos uma situação semelhante. Mas a nível nacional há mecanismos que podem ser aplicados pelo governo da nação (podemos convergir ou divergir sobre os mesmos) na economia que por efeito de arrasto dinamizam a economia.*

*Agora a nível regional há um conjunto de mecanismos que necessariamente não podem ser aplicados, E portanto há para além do corte da despesa e por via dos impostos e venda de património, deve haver uma terceira via. Ela está cá. Mas eu gostaria que essa terceira via pudesse ser verdadeiramente aprofundada. Porque ai diria que o Plano é efetivamente um bom documento, aliás julgo que não dúvidas sobre isso, mas ai o Plano estaria absolutamente consistente e teríamos não só uma perspectiva de curto prazo mas também de muito mais longo prazo, sobre aquilo que é a gestão do município no tempo presente e no tempo futuro. E foi exatamente o que eu quis dizer. E portanto essa é a minha dúvida de como é que se consubstancia todas estas questões do plano de desenvolvimento económico.*

*Aliás esta questão já tinha sido referida por diversas vezes, mas penso que continua nesta peça a faltar. Por que se não temos (não querendo reduzir o documento áquilo que ele não é) mas temos muito mais parte quantitativa que é muito mais fácil de colocar no papel do que parte qualitativa que é muito mais difícil de implementar no terreno. Portanto estas questões de marketing territorial, de turismo. Aveiro todos vimos, teve este ano um aumento exponencial de turistas. Mas eu gostaria é que me explicasse como se mantém este aumento exponencial de turistas no tempo. E isso aqui não está.”*

Presidente da Mesa[030](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[031](#)

*“Voltando à alguma verdade dos factos e à trilogia das fezadas, dos períodos Zen e da amnésia, direi que sobre o Plano de Ajustamento Municipal e para colocar alguma verdade sobre os factos, o Vereador João Sousa do Partido Socialista, especialista em questões económicas e financeiras na reunião de Câmara deixou elogios à forma como se apresentou o documento e cito “este documento é talvez o melhor feito nos últimos 15 ou 20 anos. Agradecer o trabalho feito pelos políticos e funcionários pois em termos técnicos está muito bem feito, muito embora a nossa opção fosse diferente”. Repito, este documento é talvez o melhor feito em Aveiro nos últimos 15 ou 20 anos.*

*Continuando a citar (ouvem-se vozes). Isto não é Zen isto é real. Continuando disse “não devemos esquecer o passado para trabalhar melhor no futuro”. Se calhar aqui estava a lembrar-se das obras não pagas e dívidas que ficaram dos tempos da governação socialista.*

*O Partido Socialista costuma falar em obras boas e obras más. Mas senhores deputados, qual é a diferença entre a dívida boa e a dívida má, quanto ao seu pagamento? A dívida boa não tem de ser paga? Tem alguns descontos ou está isenta de juros? Não. Dívida é dívida que tem de ser paga seja ela qual for.*

*O PS faria diferente? Se calhar faria. Não sabemos. Para este problema que todos reconhecemos que a Câmara de Aveiro tem qual é o contributo do Partido Socialista para o Plano? Zero. Qual era a alternativa do Partido Socialista conhecida? Nenhuma. Esta é a verdade.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[032](#)

*“Só duas notas e depois arrumar três ou quatro ideias. Francisco Picado eu percebi agora, peço desculpa porque não tinha apanhado a sua ideia. Há várias ideias, essa não é a única, que estão referenciadas como objetivo e que não estão quantificadas. Essa não é a única. E isto também é um mecanismo sério. Nós vamos apresentar nas próximas semanas um programa de dinamização do Estádio Novo, procurando que ele tenha vida e que gere receita para ajudar a pagar a despesa que temos por ele estar a funcionar. Quando nós colocamos aqui essa referência tem a ver com este tipo de operações mas não sentimos, não era possível de uma forma sólida, termos aqui já o cronograma com uma previsão da receita. Podíamos fazer isso como exercício, era possível nessa como em outras componentes. Nós quisemos deixar algumas ideias, que são ideias, áreas de trabalho que darão, seguramente, o seu proveito, mas não colocar o seu contributo financeiro precisamente na tal lógica de realismo a que nos subordinámos. Compreendo o que disse, concordo com aquilo que disse, mas esta nossa lógica, respeito o que disse, mas não era possível, já não vou falar de vinte anos, vou mesmo falar só de três anos, nós poderemos ter aqui, em várias componentes da gestão que podem gerar receita, programas com pormenor. E posso falar de outras coisas, como por exemplo uma operação que estamos a ultimar que é o lançamento de mecenato cultural, operações de mecenato junto das nossas empresas. Também está aí, há referências objetivas a essa componente. Está algum valor? Não pusemos nenhum valor. Mas vamos fazê-lo e vamos ter sucesso, não sei se de dez se de mil, mas seguramente vamos ter algum retorno nesse processo que estamos a ultimar e que vai ser lançado proximamente. O turismo fez-me lembrar a referência que ouvi há pouco do Dr. Jorge Nascimento, depois não respondi, às vezes ouvem-se as coisas mais curiosas deste boom do turismo como se a malta andasse no Terreiro do Paço ou nos Champs-Élysées, que fizesse uma manif e decidissem «para a semana vamos para Aveiro». Nós no ano passado já tivemos indicadores curtos de crescimento mas já foram indicadores positivos e este ano temos indicadores muito positivos que um dia destes vão ser apresentados de forma completa. Já têm surgido algumas notas de números isolados mas vai haver um trabalho para apresentar um conjunto de números de forma integrada. Esta coisa de se dizer, Sr. Dr., que Aveiro é bela, que a natureza foi prodigiosa e que a rapaziada veio muito este ano é, de facto, uma peça notável. Já era bonita há dois anos, já era bonita há três, mas o problema é que nós eramos notícia porque andávamos à guerra com os hotéis, nós eramos notícia porque andávamos à guerra com os operadores marítimo-turísticos, nós eramos notícia porque eramos maus gestores, nós eramos notícia ninguém sabia quem era o nosso presidente da câmara porque não tinha voz em nada e não tinha liderança política em coisa nenhuma. Nós, de facto, saímos do mapa. Aquilo que estamos a fazer é trazer Aveiro para o mapa. Nos últimos dois anos, só campanhas de marketing territorial, investidas por entidades das quais somos parceiros e*

*gestores a nível regional, investimos um milhão de euros. Foi preciso negociar o fundo comunitário, são operações financiadas e foi preciso um conjunto vasto para que as coisas acontecessem. E é o somatório de tudo isso, o nosso trabalho, as nossas empresas, a onda positiva, o trabalho do Governo, as desgraças de alguns é verdade, como o Sr. disse, é isto. Agora a beleza da natureza é a que cá está embora beneficiada, já pintámos os muros da Ria nos canais, etc., porque há trabalho e não há só andarmos aqui a fugir dos problemas como foi típico noutras situações. Nós vamos seguir este Programa, vamos continuar a crescer na atividade económica, vamos continuar a conquistar investimento privado, oiçam o que já conquistámos e oiçam as notícias das próximas semanas de mais investimento, mas precisamos da ajuda de todos. O problema que está criado é um problema de todos nós e somos todos nós que temos um contributo para dar para que este problema que temos em mãos seja resolvido, com a certeza absoluta de que somos capazes e vamos ser capazes. À excelência da nossa Universidade, das nossas empresas, das nossas associações e da nossa gente, vai somar-se a excelência da nossa Câmara Municipal e vamos sair bem deste processo ao mesmo tempo que vamos fazendo investimento público nos serviços públicos essenciais, no investimento que é gerador de desenvolvimento, e vamos também ganhar capacidade para apoiar os nossos cidadãos carenciados que precisarão, obviamente, como precisaram no passado, mas vamos agora ter mais capacidade para apoiar aqueles cidadãos que precisam da ajuda de forma temporária ou de forma definitiva.”*

**De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 1 Apreciação e votação da Proposta do Programa de Ajustamento Municipal e dos respetivos contratos, informando o plenário que a votação seria alínea a alínea:**

- a) **Proposta do Programa de Ajustamento Municipal;**  
sendo o mesmo aprovado<sup>033</sup> por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+JPA1), oito abstenções (PS8) e quatro votos contra (BE1+PCP1+JPA2).
- b) **Minuta do contrato do Programa de Ajustamento Municipal;**  
sendo o mesmo aprovado<sup>034</sup> por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+JPA1), oito abstenções (PS8) e quatro votos contra (BE1+PCP1+JPA2).
- c) **Minuta do contrato de assistência financeira entre a Município de Aveiro e o Fundo de Apoio Municipal, acompanhado do respetivo plano de amortização;**  
sendo o mesmo aprovado<sup>035</sup> por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+JPA1), oito abstenções (PS8) e quatro votos contra (BE1+PCP1+JPA2).
- d) **Minutas da terceira adenda ao contrato de empréstimo celebrado em 27/11/2007 entre o Município de Aveiro e a Caixa Geral de depósitos, acompanhado do respetivo plano de amortização;**  
sendo o mesmo aprovado<sup>036</sup> por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+JPA1), oito abstenções (PS8) e quatro votos contra (BE1+PCP1+JPA2).
- e) **Minuta do acordo de alteração ao contrato de locação financeira e imobiliária/refª 20000120 entre o Banco BPI e a Câmara Municipal de Aveiro, acompanhado do respetivo plano de amortização;**  
sendo o mesmo aprovado<sup>037</sup> por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+JPA1), oito abstenções (PS8) e quatro votos contra (BE1+PCP1+JPA2).

- f) Minuta do acordo de alteração ao contrato de locação financeira e imobiliária/refª 20000121 entre o Banco BPI e a Câmara Municipal de Aveiro, acompanhado do respetivo plano de amortização; sendo o mesmo aprovado<sup>038</sup> por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD15+CDS6+PS2+JPA1), oito abstenções (PS8) e quatro votos contra (BE1+PCP1+JPA2).**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal Rita Batista (BE):<sup>040</sup>

*“O Bloco de Esquerda vota contra mais uma vez contra este plano de austeridade da direita. Votamos contra o PAM e os seus anexos porque representam uma nova onda de austeridade sobre Aveiro. Um plano de ajustamento, um verdadeiro memorando de entendimento para as autarquias. É a escolha do PSD e CDS. Repito, hoje é um dia triste para Aveiro. É o dia em que esta Assembleia democraticamente eleita perde a sua autonomia. Este é o dia em que esta Assembleia aprova décadas de impostos taxas e tarifas no máximo. Privatizações de serviços públicos, alienação de património público, prevê a redução de trabalhadores. É o caminho errado. A política de austeridade tem de ser derrotada. E o Bloco de Esquerda defende as pessoas que terão imensas dificuldades com a aplicação deste Plano.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA):<sup>041</sup>

*“Votámos contra por entendermos que a adesão ao PAM e ao FAM não era obrigatória para o município de Aveiro. Primeiro o município de Aveiro tinha aderido anteriormente a um Plano de Saneamento financeiro — o que lhe retiraria desde logo a obrigatoriedade. É duvidoso que o rácio da dívida do município fosse superior a três a média da receita líquida dos últimos três anos. No ano de 2013, início do mandato do atual executivo, foi transferido para o ano seguinte a quantia de 5 milhões de euros que bem poderiam ser consignadas ao abatimento da dívida. E enquanto na parte das receitas das empresas municipais as mesmas não foram incluídas nas do município, já quanto às despesas isso se verificou. Como assim poderia ser por aqui diminuído esse rácio. Por último, o inventário da Câmara contava com grande número de bens de capital de elevado valor que poderiam ser canalizados para o pagamento da dívida e assim reduzir o mencionado rácio. O PAM traz na sua vertente orçamental uma carga fiscal gravosa e até inoportuna a curto prazo para os municípios. Com consequências negativas quanto ao afastamento de investidores e agravamento da vida das famílias designadamente pelo aumento do IMI e das rendas de casa. Entendemos que sem qualquer assomo de retórica que o equilíbrio financeiro poderia ser alcançado sem o FAM já que o executivo anterior reduziu para metade a dívida que acolheu sem clamores nem dificuldades. E se reduziu para metade poderia ser reduzida para outra metade nos ulteriores oito anos. O que equivale a dizer-se que em 2022 teria conseguido o equilíbrio financeiro sem a garbosidade que o FAM e o PAM nos vão trazer consequentemente.”*

Vogal Marques Pereira (PS):<sup>042</sup>

*“Daria como reproduzida a minha primeira intervenção como declaração e voto e solicitávamos também que as intervenções do deputado Francisco Picado e as minhas pudessem ficar transcritas em acta.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>043</sup>

*“Senhor Presidente o PSD votou a favor por considerar que é tempo do município honrar os seus compromissos e ser finalmente considerado uma pessoa de bem.”*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do artigo 48.º do Regimento:<sup>044</sup>

*“Senhor Presidente uma pequena interpelação à Mesa muito breve. Só para dizer o seguinte: nós temos aqui uma proposta de deliberação que gostaríamos de ver aprovada. Não é possível fazê-lo regimentalmente nesta Assembleia, mas queríamos anunciar que o vamos fazer provavelmente na próxima, que se prende com a constituição de uma Comissão de Acompanhamento justamente deste Plano, constituída por um elemento por bancada. Vai ser um Plano longo no tempo e acho que se justifica que esta Assembleia Municipal possa ir acompanhando amiúde a sua execução. E atrever-nos-íamos também a propor, se V. Exa Senhor Presidente, mais qualificado nestas matérias, a pudesse presidir. Enfim, dadas, imagino, os constrangimentos da sua atividade profissional, seria útil que pudesse ser assim. Portanto queríamos deixar este anúncio porque nos parece oportuno fazê-lo nesta altura. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa<sup>045</sup>

## **Ponto 2 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato de delegação de competências em matéria de Educação entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de Cacia (ano letivo de 2014/2015).**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 02/09/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>046</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>047</sup>

*“É um simples acto administrativo para pôr em ordem formal um contrato que está executado — e muito bem. Portanto é esse o único exercício que é para praticar.”*

**Não havendo intervenções, o presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 2 - Apreciação e votação da Adenda ao Contrato de delegação de competências em matéria de Educação entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de Cacia (ano letivo de 2014/2015), Sendo o mesmo aprovado<sup>048</sup> por maioria, com trinta e cinco a favor (PSD16+CDS6+PS10+PCP1+JPA3), uma abstenção (BE1), e zero votos contra.**

Não houve declarações de voto.

## **Ponto 3 - Apreciação e votação dos Contratos de delegação de competências em matéria de Educação entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Freguesias de Aradas, Cacia, Esgueira, Santa Joana, Oliveirinha, São Bernardo, São Jacinto, União de Freguesias de Glória e Vera Cruz e Junta de Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (ano letivo de 2015/2016).**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 02/09/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>049</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>050</sup>

*“De forma sumária. Foi uma prática que formalizámos com esta Assembleia e com esta Câmara no ano passado, dando seguimento a um histórico positivo nesta área. Por isso entendemos que este é um instrumento importante no âmbito da cooperação institucional entre a Câmara e as Juntas de Freguesia envolvidas e, obviamente, com os actores importantíssimos da nossa comunidade educativa. Portanto, aqui estão os documentos com um formato em termos de forma e substância absolutamente idênticos. Também são contratos verdadeiros aqueles que aqui trazemos para os formalizar. Também estão a ser praticados os actos nas respectivas Juntas e Assembleias de Freguesia e fazemos a sua execução nesta altura em que estamos a preparar o arranque do ano lectivo dois mil e quinze - dois mil e dezasseis.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>051</sup>

*“Não estando sequer contra este ato, de salientar que o PC entende que isto deveria ser uma competência das escolas e que deveriam ser as escolas a ter esta mesma competência e deveria ser não um ato anual (porque a necessidade existe) para evitar esta contínua precariedade que temos neste campo. Obrigado”*

Vogal Rita Batista (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>052</sup>

*“Senhor Presidente o Bloco de Esquerda reconhece a importância destes trabalhadores auxiliares de ação educativa no pré-escolar. Consideramos também que verbas para o regular funcionamento dos serviços público, nomeadamente da escola pública, devem ser dotações do orçamento do estado inscritas como verbas plurianuais de modo a evitar o subfinanciamento dos serviços públicos, protegê-los de situações temporárias, pontuais, e que podem ser arbitrarias. A precariedade não deve existir. E é o que traduzem estes contratos que começam e acabam com o ano letivo. A precariedade não pode existir. E se são de facto necessidades permanentes o Bloco questiona-se porque não há um vínculo laboral que traduza de facto essa necessidade social.*

*Quanto ao tipo de contrato o Senhor Presidente já respondeu antes de eu perguntar e felicito-o por fazer a diferença entre um contrato verdadeiro e um contrato de emprego de inserção.”*

Vogal João Barbosa (PS)<sup>053</sup>

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>054</sup>

Presidente da Mesa<sup>055</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA)<sup>056</sup>

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)<sup>057</sup>

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:<sup>058</sup>

*“Isto bem. Acho que quando o Senhor Presidente utilizou o termo “lata” é dizer (penso eu) é ter a frontalidade de apresentar os problemas cara a cara, não é. E a isso eu vou dizer-lhe: - se a lata é essa não me eximo de ter essa “lata”.*

*Mas agora já acho pouco lisonjeiro para si senhor professor, quando traz à lide agora uma afirmação que eu fiz num contexto de um ponto que já foi votado!? E portanto para mim a*

*votação é a decisão final. Não é lícito a quem quer que seja vir trazer questões depois da votação final quando os eventualmente visados, isto é aqueles a quem assenta a carapuça, nem sequer responderam a isso (e isso seria importante para o debate) e vir agora o senhor professor quando a questão já está finada. Se o senhor Presidente quer faça então um procedimento de recurso quanto a isso. Com a votação feita não é legítimo senhor Presidente.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[059](#)

*“Lata, senhor doutor!?” “Lata” é ter defendido um executivo que não honrava os seus compromissos com as Juntas e vir aqui questionar se este os vai honrar ou não vai honrar. Isso é “lata”.*

*Quanto ao outro ponto anterior, aquilo que o senhor doutor disse, não é necessariamente relativo aquele ponto! Dizia respeito a toda a atividade municipal. E portanto eu sinto-me no direito de o questionar nessas atitudes sempre que me apetecer.*

*E deixe-me dizer-lhe outra coisa. Se alguém o ignorou, porque o que fizeram foi ignorá-lo, eu não vou continuar a ignorar as insinuações que o senhor faz relativamente a qualquer membro desta assembleia. Está bem? Não vou continuar a ignorar.*

*Porque quando o senhor doutor menciona as ‘pessoas que não pagam impostos aqui’ e que aumentam os impostos dos aveirenses, está a passar às pessoas que não são residentes no concelho um atestado de desonestidade que eu não aceito. Está bem? Muito o obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:[060](#)

*“ A propósito ainda dos senhores Presidente de junta, agora sei o significado que o senhor professor quis dizer quanto à “lata” – e só lhe vou responder a isso.*

*Quero dizer-lhe o seguinte: – eu há pouco porque entendi que havia um contexto fatural inexato latente nesta assembleia quando da intervenção do Senhor Presidente de Junta Senhor Fernando Marques, quis dizer eu (não o disse) “meta as mãos à consciência” e diga qual foi o executivo que o contemplou com maior verba efetiva para a realização das suas competências. Infelizmente não obtive resposta!*

*Nós sabemos que o executivo anterior deixou uma parte daquilo que dotou às juntas em débito. Mas também sabemos que apesar do débito foi o executivo que maior valor em massa monetária transferiu para as juntas. E portanto está a ver que, para atacar este problema eu faço-o com toda a frontalidade, com a “lata” que a frontalidade correta aconselha. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[061](#)

*“Eu queira agradecer o apoio às propostas. Está claro que está toda a gente de acordo e quero agradecer esse apoio. Dizer mais. Assim como honrámos pontualmente os pagamentos dos contratos de dois mil e catorze – dois mil e quinze assim manteremos o nosso funcionamento daqui para a frente. Aquilo que não fazemos é aprovar contratos ilegais e não honrar aquilo que está por cima da assinatura que colocamos nos documentos. Essas são as duas coisas que nós não fazemos. Quanto ao resto, Sr. Dr. Jorge Nascimento, não reconheço, nem a si, nem aquilo que representa o Movimento Independentes Junto por Aveiro, qualquer representatividade as dez Juntas de Freguesia, dos seus dez presidentes, para fazer esse tipo de perguntas. O nosso trabalho é com cada um dos dez Presidentes de Junta. Estamos a trabalhar, não há exigência deles para mim nem imposição de mim para eles; isso não existe. Chegaremos a um acordo em delegação de competências, terminando o processo que já vimos a desenvolver desde o início do mandato. Chegaremos, seguramente, a um acordo, cumprindo o quadro legal e usando as previsões de despesas que, além do mais, no*

*Programa que acabámos de aprovar com o voto contra do Movimento Independente. Se nós tivéssemos chumbado o Programa aquilo que não conseguimos fazer era pagar a dívida vergonhosa. Somos a única Câmara Municipal do país que deve dinheiro a Juntas de Freguesia e não é pouco. O Programa tem um vírgula um milhões de euros. É uma vergonha aquilo que se passa só em Aveiro. Não há uma performance destas em mais nenhum dos trezentos e sete municípios do país. Seguramente que trataremos dessa matéria no seu devido tempo e enquadramento legal, não exatamente por causa da questão da imagem, o Presidente Fernando Marques usou a questão da imagem, nós não estamos muito preocupados com isso, mas obviamente também não era isso que queria dizer, mas por causa da importância do contributo da ação das Juntas para o serviço público aos nossos cidadãos. Isso é que se pode referenciar na expressão que o Presidente Fernando Marques usou da imagem porque, de facto, a Junta de Freguesia é um parceiro muito importante naquilo que queremos fazer. Por isso, no Programa que acabámos de aprovar, com uma explicação muito complexa mas que conseguimos que fosse acolhida pelo Fundo vamos ter essa capacidade, repito, legal, em primeiro lugar porque a não temos agora, e financeira por força das medidas que já tomámos e das medidas que estamos a tomar, começando pelo pagamento da dívida que não foi acumulada. Os contratos de dois mil e catorze – dois mil e quinze foram cumpridos à risca, assim como estes que aprovaremos e assinaremos proximamente serão também, em termos substantivos e em termos financeiros, absolutamente cumpridos.*

*Deixo o meu agradecimento a todos pelo apoio às propostas que, se as trouxemos cá, é porque chegámos a acordo, João Barbosa. Isto é uma coisa básica de mais. Algum dia em que nós não chegemos a acordo pois com certeza que não traremos cá um documento que não foi acordado, como é óbvio. Portanto, pode ser engraçado mas, de facto, isto é uma casa séria, de gente séria. Eu não sei se noutros tempos faziam coisas sem acordos, mas nós não. O que vem aqui está, obviamente, acordado entre as partes envolvidas, como não podia deixar de ser.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>062</sup>

*“Senhor Presidente gostei muito de o ouvir. Naturalmente que eu não brinquei com isto e sei pelo que fiz. E também sei, se olharmos para o passado do Senhor Presidente da Câmara, nós sabemos, se o senhor gosta de fazer delegações de competências ou não. E é um facto que eu conheço bem a Lei, eu fui Presidente de Junta, e pedi-lhe já aqui que quando trouxesse cá pagamentos às juntas de freguesia, que trouxesse aquilo que devia a Câmara à Junta da Vera Cruz. Porque eu não tenho dúvidas que débito não é só feito pela responsabilidade que é o maior da Câmara mas também porque os Presidentes de Junta sabiam o que pediam. E sabiam à partida se a Câmara podia pagar ou não. Porque houve Presidentes de Junta que não fizeram delegações de competências porque sabiam que não iam receber. E aquilo que naturalmente se diz assim, as juntas de freguesia estão apagadas, não têm visibilidade, é um facto. Eu gosto de dizer estas coisas. Quando concorremos a uma Assembleia de Freguesia, sabemos para o que vamos. E aquilo que nós contamos é acima de tudo as nossas competências. E temos de trabalhar através das competências. Porque as delegações que vierem da câmara são de acordo ou da vontade do Senhor Presidente da Câmara. É só isso.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>063</sup>

*“Agradecer novamente o apoio às propostas. Agradecer esse apoio e para dar nota que eu não concordo que as nossas Juntas de Freguesia andem apagadas. Nós temos dez juntas de*

*freguesia trabalhadoras, presentes junto aos seus cidadãos, cooperantes com a Câmara e vice-versa. Eu não concordo que tenhamos Juntas de Freguesia apagadas.*

*Eu sei que algumas pessoas quando saem do exercício do poder ficam com alguma nostalgia e quando olham para o trabalho dos outros acham sempre que é menor. Eu não acho isso. Nós temos Juntas de Freguesia a fazerem um bom trabalho, empenhadas, cooperantes com a Câmara, julgo que com mais capacidade, nomeadamente na vertente financeira, as vamos ter mais realizadoras. Mas são elas. É um somatório do serviço público que prestamos, nós Poder Local, e que vamos ser mais capazes. Como sabemos todos as Juntas de Freguesia não vivem só do dinheiro das delegações de competências. Têm receitas próprias e fazem muito trabalho. Devo dizer-vos que esta é a opinião que temos do trabalho das nossas Juntas de Freguesia. Vemo-las vivas, ativas e trabalhadoras. Estamos absolutamente convencidos, confiantes, que as vamos ver mais ativas, mais intensas e ainda mais trabalhadoras por força de lhes pagarmos aquilo que lhes devemos e de termos cooperação ao nível das delegações de competências.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>064</sup>

*“Digo-lhe que está engado. E sabe porquê? Como senhor disse à bocado “ o povo sabe o que quer”. E dizer que eu nunca perdi. Nunca perdi. E nunca perderia (é o meu pensamento) se lá fosse. Não fui porque achei que era a minha hora. Preferi de sair pela porta grande do que amanhã sair pela porta pequena. Esta a realidade.*

*Portanto não há nostalgia. Estou satisfeito. E estou atento e não vou em conversas, está-me a compreender.”*

**De seguida, O presidente da Mesa colocou à votação o Ponto 3 - Apreciação e votação dos Contratos de delegação de competências em matéria de Educação entre a Câmara Municipal de Aveiro e as Freguesias de Aradas, Cacia, Esgueira, Santa Joana, Oliveirinha, São Bernardo, São Jacinto, União de Freguesias de Glória e Vera Cruz e Junta de Freguesia de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (ano letivo de 2015/2016), sendo o mesmo aprovado<sup>065</sup> por maioria, com trinta e quatro votos a favor (PSD16+CDS6+PS10+JPA3), duas abstenção (BE1+PCP1), e zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal António Moreira (PCP):<sup>066</sup>

*“Gostávamos que a nossa intervenção fosse a nossa declaração de voto.”*

Vogal Rita Batista (BE):<sup>067</sup>

*“A declaração de voto será a nossa intervenção.”*

**Ponto 4 - Apreciação e votação do Contrato de Concessão da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. ao Município de Aveiro da Zona da Frente Urbana à Ria de Aveiro de São Jacinto.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública realizada em 02/09/2015, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

De seguida o Presidente da Mesa<sup>068</sup> deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>069</sup>

*“De forma muito sumária para dar conta que este contrato foi negociado com a nova Administração do Porto de Aveiro. Coloca do nosso lado, de uma vez por todas, a gestão desta parcela, que é muito importante no território de S. Jacinto e no território do Município de Aveiro, e permite deixar de ter um conjunto de problemas que é muito vasto e de tratamento diferenciado de outras áreas urbanas. Esta é, marcadamente, uma área urbana com funções públicas particularmente importantes, com funções privadas também importantes. Com este contrato ficamos com todos os poderes de gestão, de licenciamento, de fiscalização, e também de responsabilidades. Achamos que é um bom passo para a gestão do nosso território para a cooperação com as entidades económicas e com os gestores de actividades económicas, facilitando a vida aos cidadãos.*

*Deixar uma palavra pública de agradecimento ao presidente do Conselho de Administração da APA e à equipa que conosco trabalhou com diligência e também as diversas equipas técnicas. Achamos que temos um bom contrato que será assinado, ato imediato à aprovação pela Assembleia Municipal e ato imediato vamos operacionaliza-lo, sabendo que estamos a dar um passo positivo para a qualidade da gesto do nosso Município.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Moreira (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>070</sup>

*“Sendo um passo não é o único. É muito importante que se olhe para São Jacinto na sua globalidade. Quer seja nas suas ligações viárias e fluviais e que se olhe para São Jacinto como uma freguesia extremamente importante para Aveiro, também. Esperamos que este seja um passo para que haja um plano de desenvolvimento para as populações que lá habitam, que tenha pés e cabeça, e que venha realmente potenciar toda aquela frente. Ficamos agradados que fique tudo na gestão camarária.”*

Vogal Rita Batista (BE)<sup>071</sup>

Vogal Santos Costa (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>072</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Era só para felicitar a Câmara, na pessoa do Senhor Presidente e o responsável pela APA pelo passo que foi dado. É um passo que eu considero mesmo muito importante. E eu acredito que São Jacinto desta vez possa começar a ter aquilo que há muito tempo já devia ter obtido. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>073</sup>

Vogal António Ildebrando (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>074</sup>

*“Senhor Presidente, relativamente a esta questão do protocolo tenho de referir que é um bom protocolo para São Jacinto. O que nós estávamos habituados até agora era que para tirarmos qualquer licença fosse de esplanada, fosse de quiosque, mesmo de obras, a APA tinha a sua intervenção. Até aqui algumas vezes muito demorado e com taxas elevadas o que de alguma maneira prejudicava também o funcionamento da atividade comercial em São Jacinto. A partir de agora com este protocolo passará a ser só a Câmara a gerir esse licenciamento. Como é o caso das esplanadas.*

*Relativamente à frente Ria que é a quilo que estamos a falar eu tenho de dizer que foi um potencial turístico para São Jacinto. Até aqui aquele espaço estava bastante degradado, vivíamos há muitos anos com dificuldades quer a nível de trânsito, quer com o equipamento. E os estabelecimentos comerciais vinham a sentir-se prejudicados com aquilo que vinha acontecendo. Este Verão já deu para notar que São Jacinto melhorou muito. E esta parte de frente de Ria que é pedonal, tem um circuito de trânsito que na minha opinião não levanta qualquer tipo de problema as pessoas que queiram passear. Trouxe assim uma mais-valia e levou a São Jacinto muita gente. Eu tenho falado com os comerciantes que me dizem que tiveram um bom ano em contraste com aquilo que se passava nos anos anteriores. Portanto nós estamos satisfeitos com esta obra. Para São Jacinto era aquilo que desejávamos há muitos anos. Importa colmatar algumas situações que são importantes como é o caso do estacionamento (que temos vindo a falar com a Câmara também), porque é uma situação que nos levanta alguns problemas nomeadamente no Verão. E a parte fundamental, que é a parte das pessoas que nos visitam sentem-se bem. O acolhimento é fundamental nesta parte de São Jacinto e com eu tenho falado, têm vindo dar-me os parabéns e dizem-me que vão voltar. Que é isso que é essencial para nós. Ficamos todos contentes com isto. Há algumas arestas que temos que limar, nomeadamente a parte de manutenção da marginal, dos trabalhos que vão sendo necessários ao longo do ano efetivar para que aquele espaço não venha a ficar com alguns problemas. E em termos gerais gostaria de dizer isto. Efetivamente para São Jacinto foi uma mais-valia. Obrigado.”*

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[075](#)

*“Senhor Presidente, deixe-me começar por dizer que não considero de bom-tom que a discussão de assuntos caracter municipal seja utilizada para fazer campanha eleitoral. Eu sei que temos eleições dia quatro e sei que há alguns partidos com necessidade de se afirmar, mas não me parece que seja de bom-tom. Mas com certeza que sou eu que tenho uma má interpretação da vida política. Depois deixe-me que também a exemplo do que já foi feito deixe-me congratular pelo facto de ser possível estabelecer um diálogo entre a Câmara Municipal e a APA. Isso nem sempre aconteceu. Os mais velhos hão-se lembrar-se bem das dificuldades que havia nessas coisas. E penso que isto é um primeiro passo muito importante para que aliás eu gostaria que fosse estendido a outros locais e neste tipo de relações. E uma terceira é deixem-me salientar, por vezes surgem nalguns meios de Comunicação com insinuações de que o executivo municipal privilegia as Juntas de Freguesia que são lideradas por pessoas da maioria. Penso que certamente aquilo que vamos aprovar agora, mais as obras que já foram feitas, mais a intervenção do Senhor Presidente da Junta de São Jacinto, demonstram bem que este executivo olha para o concelho de uma forma integrada e promove o seu desenvolvimento independentemente da cor partidária dos presidentes da junta. Muito obrigado.”*

Vogal Jorge Nascimento (JPA)[076](#)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)[077](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[078](#)

*“Deixei-me dar duas ou três notas. À Rita Batista recomendar-lhe uma visita a S. Jacinto. Julgo que nestas coisas irmos aos sítios é melhor para sabermos o que é que se passa, o que é que se vai fazendo. Em dois anos temos que destacar a qualificação da frente Ria, obra do Pólis, da Pólis Litoral Ria de Aveiro. Já agora, Dr. Jorge Nascimento, para que se saiba tudo; o projeto foi muito mal executado pela nossa Câmara Municipal, corrigimos quase tudo; aliás, o projeto foi um desenho do anterior Presidente de Junta, um desenho péssimo,*

*que as nossas duas arquitetas, com o melhor da sua competência, e que é muita, passaram a limpo o melhor que puderam, porque receberam uma ordem que dizia que tinham de passar a limpo o desenho do Sr. Presidente da Junta que não tinha jeito nenhum para nada daquilo. Nós corrigimos o mais possível o projeto. Havia um limite de correção por causa da perda financeira. Depois foi preciso validar a possibilidade de fazermos a obra. Há uma regra no Pólis, desde o início, que só permite passar dos projetos para as execuções com as câmaras que têm as contas em ordem no que respeita à realização do capital. Em todo o nosso trabalho no Pólis, já vão quase cinco anos, só uma câmara não tem as contas em ordem com a empresa: é a Câmara Municipal de Aveiro. O que é que nós fizemos? Com base no compromisso do Programa que acabámos de aprovar e por força do financiamento que vamos ter no FAM vamos realizar o capital que nunca realizámos. Por força da credibilidade que temos junto do Governo, sócio maioritário, através do Ministério do Ambiente, na empresa Pólis, e dos municípios nossos parceiros na gestão da empresa, conseguimos resolver esse problema para que as quatro obras que temos, duas prontas e duas em fase final, pudessem ter passado do projeto à obra porque elas estavam bloqueadas nos termos das regras que nós, municípios, de comum acordo, os doze, dez mais dois envolvidos, definimos. É também a decisão anterior, ou melhor, aquilo que fizemos hoje e nos comprometemos a fazer há dois anos, que nos permite avançar. É também uma obra do presente e não uma obra do seu destilado passado que a democracia já curou, embora o Sr. persista em não entender a democracia.*

*Querida também agradecer as palavras do Presidente Costeira e do Henrique Diz porque, de facto, o nosso trabalho é com as nossas Juntas de Freguesia. Nós respeitamos a vida política, a vida dos partidos, temos os nossos, ainda por cima somos ricos porque temos dois o que é particularmente bom, alguns não têm nenhum, portanto estamos abastados a esse nível e estamos felizes por isso, mas na gestão do poder nós gerimos com quem tem o poder. Temos duas Juntas do Partido Socialista, temos uma Junta do Movimento Independente, trabalhamos com elas como trabalhamos com as sete Juntas da Aliança com Aveiro, com todo o gosto, com toda a lealdade, na gestão das coisas boas e das coisas má que, obviamente, existem na nossa vida. É assim que fazemos e é assim que iremos fazer até ao final do nosso mandato.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE)<sup>079</sup>

*“Senhor Presidente eu vou muitas vezes a São Jacinto. Não consegui foi ver nenhum concerto do Tugafest! Mas devolvo-lhe o conselho. Vá a São Jacinto e fale com as pessoas e com quem lá vive e pergunte-lhes o que é que lhes serve mais: uma lancharia que chega ao centro da cidade e onde têm acesso a serviços públicos, cultura, saúde. Ou não ter essa lancharia? Para servir melhor a população tem aí a resposta à proposta que é feita pelo Bloco de Esquerda.”*

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>080</sup>

*“Rita, eu não sei qual é o artista do programa do Tugafest que a tem tão traumatizada pela sua não realização. Espero que seja desta que façam o Tugafest. Tenho imensa pena de não estar cá nos dias do festival. Se não me virem por lá não é por não querer, até porque há lá dois artistas de quem sou particular fã. É porque, de facto, a minha agenda não me permite; estou bem longe de S. Jacinto naqueles dias. Espero que lá vá, que se divirta, se houver. Está anunciado mas esperemos que haja e que a Rita se divirta porque a vida também precisa de diversão. Deixar-lhe só a nota de que, neste ano, a operação de transportes funcionou sem falhas. Essa coisa de mudar horários não é verdade porque os não mudámos. É o primeiro ano, de há muitos, que não houve mudança de horários. Estabilizámos com a mudança de*

*horários do final de novembro, implementados no início de dezembro do ano passado. A fiabilidade dos transportes foi muito alta, os cancelamentos, foram poucos felizmente, foram apenas por condições climatéricas e tivemos duas greves. Greves legítimas, não pelos tempos antigos; haverá memória de que tínhamos greves todos os meses, um dia por mês havia greve porque os funcionários da MoveAveiro e da MoveRia recebiam sempre um dia depois dos outros todos. Tivemos duas greves uma sobre o Tugafest que não correu exatamente bem porque não houve Tugafest, foi o chamado tiro na água. E a outra, que foi um tiro certo, porque o sindicato em causa escolheu o S. Paio da Torreira, e aí foi o tiro certo porque houve S. Paio da Torreira e foi uma grande festa, como é normal. Foi uma pena porque podíamos ter faturado bastante e os nossos funcionários ganhariam umas horas extraordinárias a mais porque tínhamos negociado com a Câmara da Murtosa carreiras até às seis da manhã. O investimento em transportes é superior a setecentos mil euros por ano, a obra do Pólis foi ligeiramente superior a novecentos mil euros por ano, iniciámos, na primeira semana de agosto, o turismo militar. Somos a segunda unidade militar do país com turismo militar, com indicadores muito interessantes. As primeiras semanas de turismo militar e de promoção foi muito interessante, correu muito bem, foi um bom exercício. Vamos aprofundar bastante, ainda temos muito para andar. Continuamos na luta para resolver os problemas, que estão praticamente resolvidos, do CARSurf, mas dizer-vos que estamos numa luta muito complicada para resolvermos os complicadíssimos problemas do Cais dos Pescadores. É muito investimento concentrado. Se fossemos fazer a análise por habitantes, seguramente estaremos na área do Município com o investimento per capita mais alto. Mas aquele investimento não é apenas para aqueles concidadãos que lá vivem, é para nós todos e é para os que não são munícipes e que lá gostam de ir. Obviamente que temos um território que é de toda a gente. Estamos muito satisfeitos com o trabalho que estamos a realizar em S. Jacinto. Este contrato que tem o apoio de todos vocês é, seguramente, mais um bom contributo para gerirmos ainda melhor a nossa distinta e única praia, com esse privilégio de ser uma praia de ria e de mar.”*

**De seguida, o presidente da Mesa colocou à votação o ponto 4 - Apreciação e votação do Contrato de Concessão da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A. ao Município de Aveiro da Zona da Frente Urbana à Ria de Aveiro de São Jacinto, Sendo o mesmo aprovado<sup>081</sup> por unanimidade, com trinta e seis votos a favor (PSD16+CDS6+PS10+BE1+PCP1+JPA3).**

Não houve declarações de voto.

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que para este período regimental não existia nenhum munícipe inscrito.

**Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,<sup>083</sup> não se verificando pedidos de intervenção.**

**Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.**

**Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada<sup>084</sup> a Sessão Extraordinária Setembro.**

**Eram 00:15 horas do dia 17 de Setembro de 2015.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.**

(3:45)